

Reunião de Conselho - Porto Alegre

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Boa tarde a todos, conselheiras e conselheiros, bem-vindos à minha terra Natal. Muito orgulho de recebê-los aqui. Podemos dar início então à nossa 40ª reunião, que certamente é um fato a ser comemorado. Só queria lembrar, para terem uma ideia, a primeira reunião do Conselho ocorreu em 14 de dezembro de 2007, quase cinco anos atrás. Estamos aí na luta, não é?

Afora as formalidades, primeiro, a aprovação da Ata da 39ª reunião. Conselheiro Paulo, já estava olhando para o senhor [risos].

SR. PAULO RAMOS DERENGOVSKI: Bem, boa tarde a todos. Posso falar, presidente?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Pois não.

SR. PAULO RAMOS DERENGOVSKI: Sobre a Ata que eu sempre tenho muito cuidado em ler, até pelo fato de ela ser pública, não é, de ter acesso a toda a população.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Todos nós lhe agradecemos esse cuidado realmente.

SR. PAULO RAMOS DERENGOVSKI: É, eu tenho um certo cuidado em lê-la e, no geral, vou me ater a detalhes. Só acho que ela está um pouco sucinta. Acredito que a Ata, quem redige a Ata, deve ter uma certa preocupação em expressar com mais detalhes as opiniões dos conselheiros e eu, até me referindo ao meu próprio caso, quando falamos sobre a audiência de Marabá, que foi uma reunião importantíssima e bastante difícil para todos, tem três linhas aqui ou quatro sobre a reunião, de tão importante a audiência pública como foi a reunião de Marabá, que inclusive teve repercussão até mesmo internacional, pelo fato da Rádio Nacional da Amazônia ser uma rádio ouvida no mundo inteiro. Então a minha observação é essa, é que a Ata, sinceramente, embora nem todos os conselheiros talvez queiram se estender sobre toda a Ata, mas ela é pública, fica na internet e os estudantes de jornalismo, professores e as nossas televisões associadas, enfim, afiliadas e colegas, terão o máximo prazer em ler com mais detalhes. Essa era a observação. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Obrigado, conselheiro Derengovski. Eu acolho a sua observação e, com relação à audiência pública de Marabá, fica prometido um relatório mais alentado sobre a reunião em si. Isso é apenas uma informação, mas eu vou levar em consideração evidentemente, porque passar para o pessoal da Secretaria a sua observação. Obrigada.

SR. PAULO RAMOS DERENGOVSKI: Eu é que agradeço.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Mais alguma consideração sobre a Ata da 39ª reunião? Podemos considerá-la aprovada então? Aprovada a Ata da 39ª reunião. Lembrando aqui, antes de passarmos aos trabalhos, que a reunião, essa reunião está sendo transmitida pela internet, por meio do endereço

Reunião de Conselho - Porto Alegre

www.conselhocurador.ebc.com.br/transmissaoavivo, OK? Eu gostaria de agradecer a recepção oferecida pelos colegas da TVE, da FM Cultura, da Fundação Cultural Piratini, ao nosso amigo José Garcez. Obrigada, que fez essa ponte com a TVE, toda a equipe da EBC envolvida com o evento. A proposta para hoje é finalizar o nosso debate até às 16 horas, porque amanhã temos um dia... a audiência pública inicia às nove horas, então para podermos até meditar sobre o tema da audiência, não é? Então a nossa ideia é que ele... Como? É, eu imagino a observação, já imaginei. Eu não ouvi, mas eu imaginei [risos]. Hoje nós vamos trabalhar com uma pauta mais enxuta para a gente poder concentrar realmente no tema dos debates. Tudo bem, Rogério? No período posterior à pauta, priorizaríamos um debate de fundo preparatório à audiência pública de amanhã. Com a presença de alguns convidados. Essa proposta de dividir a reunião do Conselho Curador nesses dois momentos vai de encontro com as preocupações e sugestões colocadas pelos conselheiros nas últimas reuniões do Colegiado, inclusive é uma angústia minha, que a gente poder realmente fazer debates, mesmo nas reuniões ordinárias nossas, que não fique uma coisa, discussões só administrativas, não é? Que a gente possa debater sobre os temas de fundo realmente. Com relação à Ata, isso daqui já está pronto. Vamos passar aqui.

Informes. Informes do Conselho Curador. Uma boa notícia é que o Conselho Curador agora conta com uma jornalista em sua equipe, a Priscila Crispe. Priscila? Cadê ela? Vem mais para cá, Priscila. Ela já está conosco, ela é concursada e está trabalhando junto com a equipe, e certamente vai nos ajudar a pensar e melhorar a nossa comunicação com a sociedade e com a empresa como um todo, tá? Muito bem-vinda Priscila. Os conselheiros vão entrar em contato com você sempre que precisarem, sempre que quiserem divulgar alguma coisa do Conselho, tá? Então a nossa equipe agora está completa. O Antonio, a Mary, a Priscila, a Raquel, que já é a nossa dos móveis e utensílios, não é? [risos].

Obrigada, querida. Que mais? Eu gostaria de pedir licença para compartilhar a experiência que foi participar do Congresso a comunicação pública, em Londres, num momento muito rico e muito surpreendente inclusive. Em uma semana, nós conhecemos o Diretor-geral da BBC, que o Nelson derrubou o Diretor-geral. Nós fomos lá para e [risos]. Não, incrível, porque realmente no Congresso estavam... foram três dias, o Congresso iniciou com um depoimento do Lord Patten, que é o Presidente do Conselho, do *Trust* da BBC, e finalizou o Congresso, o Diretor-geral da BBC, na sexta-feira à noite. E no sábado, ele caiu. Então, realmente, eu... O Nelson realmente trabalhou bem, não é, Nelson [risos].

Não, mas foi uma experiência, mesmo esse episódio, foi uma experiência muito interessante. Assim, acho que a gente pode tirar boas lições desse episódio, porque realmente a coisa lá é muito levada a sério, a BBC é uma instituição nacional, que realmente é incrível. O diretor-geral, esse que caiu ontem, sábado, ele estava no cargo há sete semanas

apenas, não é? E, hoje, já caíram mais dois jornalistas também. Então é uma coisa que precisamos refletir sobre isso tudo e pegar lições sobre isso, não é? Eu queria até pedir para o Nelson, se ele quiser complementar, dar um depoimento, ainda que rápido... sobre a nossa experiência.

SR. NELSON BREVE: Rapidamente então, tudo isso que está acontecendo lá na BBC é por causa de uma matéria que deixou de ser levada ao ar. Deixou de ser levada ao ar e aí, quem é o responsável por isso ter acontecido? Então como a BBC está alguns meses devendo essa resposta à sociedade britânica, então vai caindo um atrás do outro mesmo. Enquanto alguém não der essa resposta vai ficar difícil, não é? A perda de confiança. Esse é o primeiro valor que tem lá entre os valores da BBC, é a confiança, é o maior patrimônio que eles têm, a confiança do público é o maior patrimônio deles. Então eles arranharam o maior patrimônio que eles têm e vai ser difícil. Então, era um evento que era para discutir comunicação pública, em geral, os problemas que o mundo está tendo em comum em relação pública, e metade dele foi para discutir essa questão da crise de confiança da BBC. E um trabalho absolutamente profissional, os melhores âncoras fazendo as entrevistas, fazendo as perguntas, que precisavam ser feitas, inclusive esse último caiu depois de dar uma entrevista para a rádio oito, em que ele foi severamente cobrado pelo âncora da BBC, da rádio oito, e acho que as respostas não foram muito satisfatórias, pelo menos ele não deve ter considerado muito satisfatórias e por isso pediu demissão. E, agora, também, a diretora, não, a diretora de jornalismo, mas a chefe da redação da BBC, esqueci o nome, a BBC doméstica deles lá, e mais o adjunto caiu. E o importante, eu não sei se você vai falar disso também, é que nós estivemos lá com o objetivo de trazer para o Brasil esse evento, que é o Congresso dessa entidade, né, *A Public Broadcasters International*, para o Brasil em 2014, não é? Então, a gente foi, fizemos uma apresentação ao comitê Executivo no último dia, em princípio é uma candidatura única, de acordo com eles próprios a única chance de nós... oficialmente só vai ser divulgado em abril, mas a única chance é nós não quereremos mais, de não sermos nós em 2014. A gente pensa em fazer esse evento no Rio de Janeiro, em novembro ou dezembro de 2014, que eu acho que é importante trazer. As discussões lá são assim de excelente nível de qualidade, ou seja, a gente percebe que há uma preocupação dessas empresas do mundo inteiro, preocupação que são as mesmas nossas que nós discutimos aqui, e modelo de financiamento, as questões da equidade na cobertura, especificamente na cobertura política. Eles falaram de cobertura de eleições, a questão da convergência tecnológica, que é outro problema comum a todos. Então, trazer esse evento em 2014 para cá, eu acho que é um evento muito bom, é um momento muito bom para que a gente discuta comunicação pública.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É, foi muito interessante também, o Nelson até participou de uma mesa sobre direitos

Reunião de Conselho - Porto Alegre

esportivos, não é? Deve, mas foi muito interessante, e eu vou... eu prometo aos senhores fazer um relatório mais substancial sobre a minha visita, evidentemente. É que nós chegamos ontem de lá não sei deu tempo ainda. Mas muito interessante, as questões são muito parecidas, as angústias são muito parecidas no mundo inteiro, não é? A questão do financiamento, a questão da independência dos governos e... muito interessante realmente. Agora realmente foi tomado por essa questão toda, não é, do jornalismo da BBC. Acho que devemos aprender como exemplo realmente. Oportunamente, então, eu passarei aos senhores um relatório sobre a minha viagem. Outro assunto, só para não deixar de dizer, que esteve presente conosco, viajou conosco o diretor internacional da EBC, o Otoni, o jornalista Otoni Fernandes Júnior.

Bom, outro ponto então, informar aos senhores que foi enviada na semana passada a lista única com dez nomes, conforme decisão do Conselho, para a presidenta da República para a designação dos dois novos integrantes do Conselho Curador, que preencherão as vagas dos conselheiros Paulo Sérgio Pinheiro e Lúcia Braga, tá bom? Devemos seguir em contato com a ministra Helena Chagas para assegurar que essa nomeação seja efetuada o mais rapidamente possível, não é? Algum conselheiro ou conselheira gostaria de fazer um comentário em relação a esse ponto. Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:14:39]: Oito, seria de oito nomes?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:14:43]: Mas foram enviados dez, não é?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Sim, porque houve empate no número de votos entre três candidatos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:14:44]: ah, sim.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Aí a Secretaria Executiva, eu pedi que fizesse uma enquête entre os conselheiros via e-mail para ver se mandamos só oito, sete ou dez. E aí a maioria considerou mais...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:14:56]: Optou por dez.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:15:00]: Eu não havia entendido essa parte. Mas agora ficou claro.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Entendeu? Por isso. É porque houve empate entre três candidatos. Conselheiro Daniel, o senhor se manifestou sobre essa questão da metodologia, não é? Eu gostaria que o senhor nos falasse sobre isso mais detalhadamente. Eu, na

última reunião, nós concordamos que esse modelo é imperfeito, com certeza é imperfeito, mas vamos construir.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Hã?

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: Então.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Não, só para não perder o gancho aqui.

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: Boa tarde aqui a todas e todos. Presidente, eu queria deixar muito claro que essa minha proposta não implica nenhuma crítica aos procedimentos adotados na reunião passada, né, porque--

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Não, não foi esse o entendimento.

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: Porque nós temos um consenso da necessidade da substituição o mais rápido possível das vagas existentes. Eu acho que isso que inspirou em larga medida a presidência e os conselheiros a decidirem da forma como foi decidido. Apenas me pareceu, quando eu fui levado a votar, não é, que nós poderíamos melhorar a nossa... a nossa metodologia em relação ao que já aprovamos em momentos anteriores, e eu... eu fiquei com a impressão... eu quando votei, achei que o meu voto, talvez por ter sido feito individualmente, que eu cheguei um pouco tarde e não pude assistir à Plenária, que estava decidindo a votação, e que votou, mas depois consultando os outros colegas, eu percebi também que eles haviam votado de uma maneira muito individual, não é? E eu penso que, na medida em que esse Conselho precisa considerar isso por lei uma diversidade de gênero, de proveniência geográfica, de ocupações profissionais, não é, é preciso manter um equilíbrio nisso do ponto de vista também étnico, não é? Quer dizer, então, se a gente vota assim individualmente, quer dizer, é claro o que voto sempre vai ser individual e cada conselheiro tem o direito, liberdade de votar como queira. Porém, eu penso que se a Secretaria fosse capaz, ou melhor, ganhasse a incumbência de fazer um balanço para disponibilizar aos conselheiros já a quantas andamos em termos desses desequilíbrios todos, onde estão as nossas lacunas e se, além disso, nós pudéssemos conversar antes da votação, não é, para checar as preferências em função desses critérios, o nosso voto poderia ser melhor informado. E contribuiria, contribuindo, assim, para a presidente da República, a presidenta da República, eu gosto de botar no feminino, de poder deliberar de forma também mais informada, não é? Então, eu propus essas... essas... esses elementos aí, não é? À consideração dos conselheiros. Continuaríamos a recolher as indicações das ONGs e outras associações, como é já da tradição estabelecida; no entanto, fazer a votação dos conselheiros é precedida de um debate, não é? Esse debate será subsidiado por uma informação da Secretaria do Conselho a respeito desses desequilíbrios a que eu já me referi. E, finalmente, eu proponho

que, após o debate, assegurada a presença de 2/3 dos membros do Conselho, seja procedida a votação e a consequente apuração. Quer dizer, ou seja, os ausentes não poderiam votar. Não poderiam votar. Então são essas as... as sugestões, não é, que eu elaborei para consideração do Conselho, para que a gente... se a gente quiser fazer essa discussão agora, mas pode fazer também na próxima vez, porque não temos tanta urgência, não vai haver uma eleição agora a curto prazo, salvo se eu estiver equivocado, então eu acho que a gente poderia amadurecer, conversar entre nós, acrescentar algum outro ponto aqui ou tirar, não é? Enfim, mas que a gente pudesse refinar a nossa metodologia, porque eu acho que realmente a escolha que a gente fez na última vez poderia ser bem melhor pensada e pesada do que o foi. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Conselheiro Strozi se manifestou através de e-mail sobre o tema. O senhor gostaria de falar, acrescentar alguma sugestão?

SR. GUILHERME GONÇALVES STROZI: Bem rapidamente. Boa tarde a todos e todas. Todas e todos presentes, mas eu até concordo com a posição do conselheiro Daniel, de um debate prévio sobre esses pontos de equilíbrio do Conselho, mas a minha observação sobre esse ponto exclusivo, ele foi em referência a essa necessidade de um debatido posterior à indicação da sociedade civil, mas que se atenha exclusivamente em relação a essas demandas do Conselho e não aos nomes indicados, porque pode soar para a sociedade civil como um debate do Conselho Curador sobre as pessoas que forem indicados pela sociedade civil, o que não é o caso, acredito que da proposição do conselheiro Daniel, não é, Daniel? Não é um debate sobre... é... as pessoas indicadas pelas entidades, então se as entidades 'X' e 'Y' indicarem a pessoa 'a' e 'b', o debate desse Conselho não será sobre os indicados 'a' e 'b' e, sim, sobre o que o Conselho Curador tem de brecha em relação a gênero ou a ocupações profissionais que possam colaborar para uma melhor diversidade e representatividade para a sociedade brasileira. Estou correto? Não seria um debate sobre os nomes?

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: Não, eu acho que pode incluir, certamente, o debate sobre os nomes para, inclusive, porque um ou outro conselheiro pode sustentar a conveniência da gente prioritariamente pensar em determinados nomes porque eles preenchem melhor os critérios definidos pela lei, porque da maneira como foi o voto anterior, nós votamos um pouco, quer dizer, fundamentalmente de acordo com a nossa... cada um com a sua cabeça, isso vai continuar, mas sem a informação dos critérios e da melhor maneira, porque a gente tinha um curriculzinho muito rápido de cada um, me lembrou aquela lei Falcão de 1976, que botávamos os...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:22:09]: Mas, Daniel, me permite?

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: Um curriculzinho assim breve.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:22:10]: Me permita uma observação.

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: Não tinha o retrato.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:22:11]: É, mas antes a gente...

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Isso é um exagero da sua parte.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:22:18]: Mas nós tínhamos discutido aqui no Conselho a prioridade que seria da escolha de gênero, etnia, enfim, teve uma discussão prévia, não é, pequena, mas teve. Então é bom assinalar. Eu quando fui lá escolher em cima dos currículos, pensando nessa... no que tinha sido discutido, a votação foi essa. Mas claro que pode se aprimorar. Lembrar, não foi, assim, "a Bangu". A Bangu é um termo carioca.

[risos]

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: Mas eu considero que a preocupação do Guilherme, se eu bem entendi a preocupação, quer dizer, eu quero dizer que a minha intenção não é que a discussão dos nomes passe por alguma perspectiva de censura, mas é apenas a melhor conveniência de um ou outro nome em função do ajuste, em função dos nossos critérios, não é? Porque a gente precisa manter nesse Conselho uma diversidade, uma diversidade a mais... é... profunda possível, não só de gênero, mas também de experiência profissional, de proveniência regional. A gente precisa. Uns 15, não é, que são supostos representantes da sociedade civil, eles precisam ter a maior diversidade possível. E eu me preocupo com a maneira do nosso voto não estar garantindo isso.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Conselheira Ana Veloso.

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Boa tarde a todos e todas do Conselho, à presidente, aos internautas que nos estão acompanhando, ao público da EBC. Eu considero que as observações dos conselheiros, elas são muito salutares, são muito válidas, mas eu, analisando as indicações de acordo com os currículos, eu também entendo que, apesar dos limites e das possibilidades de melhoria dessas indicações, desse processo dentro do Conselho, os nomes que representam, oriundos da sociedade civil, sobre os quais nós nos debruçamos e indicamos, eles são altamente representativos dentro dos critérios que nós elencamos, e eu fiquei muito feliz com a alta quantidade de candidaturas de mulheres qualificadas para estar nesse Conselho, que nós recebemos, não é? Do ponto de vista do debate que nós tivemos anterior às indicações, nós havíamos elencado como uma questão de gênero como uma das nossas prioridades, não a primeira delas, mas umas das, e eu fiquei muito contemplada no sentido de que na lista, não

só com relação à questão de gênero, mas nós obtivemos candidatos homens também que também estão dentro do perfil. Então, é importante aprimorar, acho que a gente vai melhorar nas próximas, mas eu considero que a lista que nós enviamos para a presidenta Dilma, ela é bem interessante e significativa. Eu acho que nós fizemos um trabalho de garimpagem e a sociedade civil colaborou muito, como sempre vem colaborando, e eu considero, eu me considero assim que nós tivemos, temos um bom mosaico para a presidenta Dilma assinalar, não é, escolher. Então, assim, essa é a minha posição.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É, eu gostaria de sugerir uma... uma espécie de... de audiência pública, que a gente pudesse realizar, para tratar desse tema, do modelo de indicação ou de escolha dos candidatos ao Conselho Curador. Eu acho que é uma demanda, uma angústia não só do Conselho, mas da sociedade como um todo. Nós já servimos várias sugestões assim de entidades, do FNDC, da ABTU, com sugestões de modelos, de indicação. Então eu consulto aos conselheiros se a gente, não seria bom fazermos uma audiência pública sobre o tema em algum momento, que não precisa ser imediatamente. Pois não, conselheiro Paulo.

SR. PAULO RAMOS DERENGOVSKI: Não, eu só queria lembrar, nessa questão da escolha dos nomes, que os nossos estatutos, os estatutos do Conselho, eles preveem uma série de... dados eu não tenho agora os estatutos aqui, inclusive sobre o número de votantes. Se a é maioria simples ou se é necessária a presença do voto, inclusive dos... dos ministros de estado conselheiros, não dos seus representantes, mas dos próprios ministros.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Sim.

SR. PAULO RAMOS DERENGOVSKI: Está aposto isso nos estatutos, então eu peço que se leve em conta o que lá existe sobre essa questão da escolha dos nomes provenientes da sociedade civil.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu só quero lhe dizer que aquela última reunião, eu consultei o diretor jurídico da EBC no momento daquela nossa discussão sobre o tema e ele me disse que o Plenário, o Pleno do Conselho, ele é soberano para decidir, assim e assim no momento do procedimento. Então, eu não fiz isso... é... sem respaldo do jurídico, tá, conselheiro Paulo? Conselheira Ima.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Eu lembro que nós discutimos, em uma ou duas das reuniões, essa questão do equilíbrio, mas a minha impressão é que nós não consolidamos uma posição, não é? Nós discutimos a questão da regionalidade, do gênero, raça, dissemos uma mulher, a região Norte que só tem um representante, que sou eu, e a questão indígena, mas nós não consolidamos. E uma outra questão que me preocupa mais é como esse equilíbrio, ele deve chegar à presidente da República, quer dizer, da forma que foi, foi uma lista em ordem alfabética

Reunião de Conselho - Porto Alegre

e de forma nenhuma ela vai saber (com os currículos, imagino), mas de forma nenhuma ela vai saber como está a situação do Conselho em termo desse equilíbrio de regionalidade, de diversidade, de profissões etc.. Aí que eu acho que a gente...

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu acho que a gente poderia mandar para a ministra Helena, que é quem faz a ponte com a presidente, exatamente um ofício informando sobre isso.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Informando, não é? Dando algumas informações sobre a atual composição.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Quais são as prioridades e tal.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Está certo.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Da proporcionalidade. Mas com relação a essa questão da realização de uma audiência pública específica sobre isso, eu acho que é importante, eu acho que... porque é um assunto recorrente, não é, que angustia a todos nós. Então, oportunamente, como a gente não tem tanta pressa assim, a gente pode marcar para o ano que vem, não é, com calma. Certo, conselheiro Daniel? OK. Passamos então para o próximo item. Também recebemos do conselheiro Daniel uma manifestação sobre a questão da metodologia para avaliar a audiência da EBC. Como consequência daquele nosso debate muito interessante, que nós... é... que aconteceu lá... Eu não me lembro, foi um dia antes da última reunião, eu não me lembro o dia, mas que foi uma conversa e um debate muito interessante. Recebeu também comentários do conselheiro Takashi, do conselheiro Strozi, não é, conselheiro? Esse material foi enviado por e-mail aos senhores e está impresso na pasta de cada um. Gostaria de apresentar o seu ponto de vista, conselheiro Daniel? Por favor. Não, da necessidade disso, que isso seja mais bem avaliado, e...

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: Bem, em primeiro lugar, aliás, isso daí eu deveria ter sugerido, mas é um detalhe, não é fundamental, que constasse na Ata. Eu já tinha levantado na reunião anterior isso, que a gente programasse a discussão do elenco desses pontos que a gente selecionou já em reuniões anteriores, que a gente programe a discussão desses pontos não para sessões extraordinárias do Conselho.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Exato.

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: Mas integrando nas reuniões do Conselho.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Isso nós vamos tentar fazer inclusive hoje já, o primeiro modelo.

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: É e um ponto fundamental é formar... uma pena realmente que os conselheiros todos ou a grande maioria não pudessem estar nessa reunião onde se discutiu a questão da

audiência, foi uma discussão muito rica, a gente teve dois convidados muito participantes, a diretoria também da EBC participou intensamente. Houve uma discussão muito fecunda e, a meu ver, uma grande conclusão, na medida em que a gente não pode reproduzir aqui a discussão, não há tempo para isso, foi que as condições específicas da EBC e da TV Brasil recomendam a adoção de uma metodologia própria para avaliar. Isso não quer dizer que a EBC não possa colher dados resultantes de pesquisas dos Ibopes da vida e etc., mas que ela tenha para a sua orientação e para a orientação do Conselho uma metodologia própria. E eu sugeri, que foi mais ou menos um consenso, estabeleceu-se, salvo engano meu, da reunião. Então o que eu solicitei nessa proposta, para dar sequência a essa reunião que a gente teve, foi que a gente sugira, não é, recomende à diretoria que fixe um prazo para que elabore esse modelo de avaliação, para que a partir daí a gente possa ter regularmente a medida de se a gente está progredindo, se a gente não está, em que direção que a gente está indo ou até mesmo reformulação dos critérios de avaliação. Mas, enfim, porque essa é realmente uma coisa que nos interessa muito, não é? A gente não tem um compromisso... é... de alcançar a audiência a qualquer custo, temos critérios, temos princípios que são muito caros para nós, mas é importante que a gente, dentro desses parâmetros, e sem modificá-los, a gente vá perseguindo a melhor qualidade possível e a maior abrangência possível. Então, isso só nos é possível verificar, além do trabalho muito bom que vem sendo desenvolvido de um modo cada vez mais refinado pela Ouvidoria, mas a gente ter critérios mais seguros para ir medindo o avanço dessa audiência ou discutir os problemas que estão... é... nos dificultando alcançar uma abrangência maior.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Uma informação com relação às providências tomadas com relação a esse ponto, o Secretário Executivo do Conselho, o Antonio Biondi, esteve com o gerente de pesquisa da EBC na última sexta-feira, Alberto Adler, exatamente sobre isso, mas com essa preocupação. E ele, logo após essa reunião, quer dizer, depois da audiência pública, provavelmente a semana que vem, ele mandará um relatório, o Antonio mandará um relatório sobre o que foi conversado e provavelmente na reunião de dezembro do Conselho, o gerente de pesquisa, a diretoria, vai fazer já uma apresentação, uma proposta nesse sentido para o Conselho, não é? Porque esses relatórios que estão nos chegando atualmente, realmente é uma coisa que para nós... é... Não é nada amigável, na verdade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Rapidinho? Por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:34:43]: Diante, não só por causa, mas também por causa da reunião que tivemos na semana passada, tanto que nós criamos dentro da Superintendência de

Programação. A área de pesquisa, nós nos encarregamos de, além do Adler conversar conosco e também com o presidente Nelson e com outros setores da empresa para criar algo que a gente faça já, também faz parte da nossa preocupação, do redesenho da empresa, onde e como que isso vai atuar. Além disso, além do Adler estar providenciando esse método, que eu vou chamar assim, não só para apresentar para o Conselho, mas também para que nós possamos ter uma composição própria de elementos para aferição não só de audiência, mas também de outros pontos, se cumprimos a nossa missão, se somos referência no setor, outros métodos de, eu vou chamar de aferição de resultado, não é? Nós também estamos contratando uma consultoria para que isso, já passa por algum tempo, as nossas dificuldades em contratar, para que a gente... Porque nós temos um volume muito grande de informações que circulam por dentro da empresa: chegam por telefone, chegam pela Ouvidoria, chegam pelo atendimento ao ouvinte das rádios, chegam até pela nova lei de acesso à informação, não são só pessoas que nos perguntam, mas, conseqüentemente elas nos dão informação e a gente não tem uma sistematização geral dessas informações, não é? Então nós estamos em processo de finalização da contratação de uma consultoria para que nos ajude... Não é para colocar de pé o departamento de pesquisa, mas, assim, organizar a empresa para que toda a informação que entre dentro dela, desde o Ibope até uma carta que a gente receba, se transforme em informação utilizável pelo Departamento de Programação, pela Diretoria Geral e Diretoria de Produção, Diretoria de Jornalismo e também pela Diretoria de Captação e Serviço, enfim, pelo Conselho Curador, por toda a empresa como um todo.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Será que podemos contar com alguma apresentação mais assim específica em dezembro, na nossa reunião?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:36:53]: Acredito que sim. Pelo menos, assim, isso que a senhora pediu, um cronograma, um esboço, a gente já consegue para dezembro, sim. Eu não me lembro quando é a reunião, mas a gente pede. Isso já está caminhando. Já considero até natural, não vai precisar nem fazer nenhum esforço extra para que isso aconteça.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Conselheiro Strozi.

SR. GUILHERME GONÇALVES STROZI: Eu queria dizer que eu considero extremamente importante essa preocupação, tanto do Conselho Curador e, ainda mais, da própria EBC, de já estar adiantada nesse quesito, de já começar a formular mesmo esse planejamento para uma medição acho que importante esse termo, aferição de resultados, porque eu acho que realmente quebra o paradigma de medição de audiência, que grande parte da sociedade brasileira, e eu me incluo nela, que a gente pensa a audiência a quantidade de pessoas, de televisores ou de rádios

que estão ligadas numa determinada programação. Eu acho que a EBC, como uma empresa que surge como uma perspectiva muito mais ampla de importância da comunicação, não se deve ater a essa palavra simplista dessa forma. Eu acho que a aferição de resultados é uma palavra mais complexa, que, na verdade, espelha realmente o que a gente quer dizer com isso. A gente quer saber se determinada informação está levando cidadania, conforme o nosso planejamento estratégico prevê, para a sociedade brasileira. Se está gerando reflexão. Às vezes a pessoa não está assistindo a programação na TV Brasil, mas ela consegue ter aquele acesso daquele conteúdo pelas redes sociais. Então essa medição de audiência, ela se torna um pouco mais complexa com a chegada das novas tecnologias. Eu acho que essa preocupação da EBC, ela é extremamente moderna. Mas eu também queria fazer só, na verdade, uma solicitação de que enquanto a gente não tenha esse planejamento ou essas novas perspectivas de aferição de resultados, que a gente continue a receber regularmente as pesquisas atuais que estão sendo feitas sobre a nossa audiência, porque eu, na verdade, não estou recebendo mais as pesquisas do Ibope ou de outras instituições que estejam fazendo 'essa medição atuais', essas medições atuais, então só fica essa solicitação mesmo, para a gente... Eu não sei se todos gostariam de receber, mas eu, como representante dos funcionários, até para uma prestação de informações para os próprios funcionários, gostaria de receber elas regularmente, se assim for possível.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Não, com certeza. Na verdade, achamos que poderíamos a Secretaria (e eu mesma), vamos retomar esse envio. Achamos que poderíamos ter resolvido isso mais rapidamente, mas não foi possível. Então, vamos retomar o envio. ildeu, por favor.

SR. ILDEU DE MOREIRA CASTRO: Não, só uma sugestão adicional nessa questão de aferição da avaliação, do impacto da... da EBC. Existem, hoje, já no Brasil alguns grupos, não muitos, mas nas universidades públicas, que já fazem pesquisa sobre isso. Eu acho que seria muito interessante a gente aproveitar isso. Que são grupos de pesquisa que já têm protocolo de analisar como que determinados assuntos saem na mídia, fazem grupos focais com audiência para ver como é que é o impacto disso e isso permite até uma avaliação mais profunda do... do sentimento das pessoas ao assistir os programas.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Mas com relação a que emissoras públicas?

SR. ILDEU DE MOREIRA CASTRO: É, em geral. É, em geral existem grupos que fazem, já fazem em canais da TV Brasil, na TV Globo, etc., etc., que seriam úteis eu acho que para a EBC. Eu acho que talvez a gente pudesse fazer.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Identificar isso.

SR. ILDEU DE MOREIRA CASTRO: Identificar isso junto com a Capes e do CNPq, a gente pode identificar esses grupos e até solicitar apoio, porque se eles se dedicarem a olhar os programas, por exemplo, da TV Brasil, da EBC em geral, os programas de rádio também, isso pode ser um elemento a mais de grupos que já estão pensando, inclusive de forma independente, às vezes, podem trazer uma contribuição já e, inclusive, grande parte deles, já funcionam com recurso público.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA [0:40:48]: Alô, só a título de informação. Isso que você está falando, está contemplado numa proposta de monitoramento, que vai ser exatamente com as universidades, que a EBC, a gente está num processo de constituição desse grupo de universidades, que vai fazer esse acompanhamento do conteúdo veiculado pelas emissoras da EBC. E, em relação ao que o Eduardo estava falando, também a informação, a gente começou há mais ou menos duas semanas, eu estive antes com o Nelson até para dizer que a gente ia começar a fazer, que é a unificação da porta de entrada dessas manifestações que vêm de fora. Então, a gente priorizou começar por Brasília, até para sentir quais os problemas que nós teríamos nesse processo de unificação, e só a partir daí a gente vai para o rio, para ver a CAO, que é a Central de Atendimento ao Ouvinte lá do Rio de Janeiro, e o SAT, que é o Sistema de Atendimento ao Telespectador. Então, na hora que nós conseguirmos identificar quais são os problemas... o certo é que, pelo menos a gente já tem um dado bom, né? O pessoal, a gente apresentou a Nambi, que é a ferramenta que foi feita na casa pelo pessoal da ATI da Casa, e que é a ferramenta que a Ouvidoria usa para fazer esses relatórios todinhos, que gera vários relatórios, dependendo do que a gente quer com ele, a gente ainda está num processo ainda de melhorias dessas ferramentas, a gente ainda tem um problema, que a gente considera que é sério, que é porque até hoje a gente recebe as demandas, copia e cola no Nambi. A gente quer que isso entre direto pela ferramenta, que isso vai dar celeridade ao processo de recebimento, mas de qualquer maneira já teve uma boa aceitação do pessoal da CAO de Brasília, em relação. Então, eu creio que isso, daqui, se a gente conseguir tudo que a gente está prevendo, eu acho que daqui mais ou menos umas três semanas a gente está com a CAO já de Brasília unificada, o que entrar por lá vai passar pela Ouvidoria e vai ser possível a gente dar um perfil, não é, eu digo assim mais concreto do que é... quem são as pessoas que estão nos procurando, que estão nos vendo, que estão nos ouvindo, nos lendo, enfim. É só a título. Eu tinha conversado com o Nelson há duas semanas atrás, que a gente ia começar esse processo.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Trabalhemos então até dezembro, Dr. Eduardo Castro? [risos].

SR. EDUARDO CASTRO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É, olha, temos todos que botar a viola no... [risos].

Reunião de Conselho - Porto Alegre

Bom, um outro ponto que eu gostaria de registrar diz respeito ao Conselho Editorial da Faixa da Diversidade Religiosa. O nosso querido Conselho, não é, Dr. Rogério Brandão? Informar que está marcada uma primeira reunião desse Conselho para o dia 28 de novembro. Com isso, nós podemos avançar definitivamente para uma... para construção de um processo, não é, de um Regimento Interno e de como realmente viabilizar essa questão, que nos deu tanto trabalho, mas também tanta satisfação, na verdade, de construir um consenso com relação a isso. Então, está marcada a primeira reunião para o dia 28 de novembro. Eu gostaria até, eu não sei se o Eduardo ou o Nelson querem complementar alguma coisa com relação a isso, relativo ao *pitching* para esses programas, que serão coproduzidos pela EBC. Se já existe alguma coisa em andamento, se vamos esperar primeiro a realização dessa reunião, se já está em andamento. Eu também quero saber dessa informação, que eu estou meio perdida em relação a isso.

SR. NELSON BREVE: O Rogério, se quiser, pode complementar, mas a informação que eu tive hoje na reunião de diretoria desta amanhã, é que está para a nossa, como é que é? Requisição de mercadorias e serviços está na minha mesa, estava aguardando o meu retorno desde sexta-feira.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É o papel.

SR. NELSON BREVE: Para que eu inicie a transmissão interna do *pitching*, e que vai, o orçamento do ano que vem, contempla o estimado para os dois programas que foram propostos pelo Conselho.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É, porque já saiu inclusive no radar, não é, do Jardim. Como é o nome dele? Lauro Jardim.

SR. NELSON BREVE: Isso eu não vi, não.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Aliás, ele tem uma fonte que eu estou enlouqueça para louca para saber, porque é muito bem informado. É interna, só pode ser, que na EBC só ia fazer isso o ano que vem mesmo, porque era complicado. Mas a fonte é superbem informada mesmo, é alguém de dentro. Morro de vontade de saber quem é [risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:45:36]: Alguma coisa a mais?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Saiu no Lauro Jardim uma notinha.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:45:42]: É, só para complementar a informação do presidente, essa RMS e o projeto básico assinados, eles são encaminhados para o jurídico, o jurídico instrua um processo e a partir daí nós fazemos a convocação, o edital, a convocação para os produtores trazerem as suas ideias.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Hum-hum.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:45:56]: Montado isso, vai ser, o produtor que, vamos dizer assim, será o vencedor do *pitching*, aí ele terá o CPB da produtora dele, o que a gente pode organizar o fluxo do trabalho, o planejamento de entrega dos produtos e, nesse momento, até nós vamos ter, presidente, a possibilidade de fazer a reunião com o Conselho editorial para a gente já entregar para esse produtor vencedor, as primeiras pautas, por exemplo, porque ele tem que produzir, se planejar para produzir já em direção à alguma orientação. E eu acredito que nós teremos esse processo, quer dizer, nós estamos aqui em novembro, pelo passo a passo das questões jurídicas na empresa, eu acredito que até fevereiro, que é até bom, porque sai desse tempo de verão, de janeiro, nós fomos muito mal sucedidas no passado numa tentativa de um *pitching* na área de esporte, que ninguém quis participar, porque o *pitching* aconteceu exatamente na primeira quinzena de janeiro, então não tinham produtores, os produtores não se interessaram, não houve um *recall*, e nós aprendemos com essa experiência que a gente lançaria isso em fevereiro, né, para a gente estar com os primeiros produtos já para a grade nova de abril, que é o que está sendo idealizado, e nós já temos esses primeiros conteúdos e cumprir essa parte do nosso trabalho.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Ótimo. Obrigada. Eduardo, alguma evolução, evoluiu alguma coisa da conversa com a Igreja Católica, a Igreja Evangélica, com relação àqueles outros? Houve alguma conversa sobre isso ou não? Ainda não, né?

SR. EDUARDO CASTRO: O que eu combinei com o Antonio é que, como a pergunta, a primeira pergunta que vai ser feita para nós, quando nós nos reunimos com essas igrejas, é quando que se altera o regime atual, em outras palavras, quando é que eles vão ter que pagar para produzir ou nos entregar a fita, que o ideal fosse que a gente tivesse essa resposta antes. Como depende desse encontro, dessa definição.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Tá bom.

SR. EDUARDO CASTRO: Eu acho que é um passo que acaba acontecendo junto com a reunião do próximo, com a próxima reunião do Conselho e a gente tem condição de dar essa informação.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Tá.

SR. EDUARDO CASTRO: Ou pelo menos uma perspectiva mais factível.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Tá. Eu gostaria que o Antonio também informasse a gente sobre alguma evolução nesse sentido.

SR. ANTONIO: Não, só as duas igrejas que hoje mantêm programas no ar nos veículos da EBC foram informadas do andar desse

Reunião de Conselho - Porto Alegre

processo e estão aguardando as nossas deliberações para poderem encaminhar também os materiais respectivos.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Mas já houve isso?

SR. ANTONIO: Eles estão devidamente informados.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: OK. Obrigada, Antonio. Uma última informação, uma última... item dos informes, que foi reativado o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional e um dos temas que o CCS tem debatido é justamente a EBC e o nosso Conselho Curador, com uma comissão de estudo e relatoria, tendo sido criada exatamente para isso. O conselheiro Alexandre Jobim, José Nascimento Silva e Fernando... é... Fernando César Mesquita. Houve uma reunião no último dia 5 de novembro, é sempre às segundas-feiras, a primeira segunda-feira do mês, e eu não estava presente, nem o Nelson, porque estávamos, não é, debatendo sobre a BBC [risos], mas o Antonio e a Mariana e o Garcez estiveram presentes. E, realmente, parece que há uma certa... Eu li o relatório que o Antonio me passou e tenho uma certa... Eu não sei se é má vontade, mas é uma tentativa de... eu não sei se eu estou errada, estou, Garcez? Não estou errada, né? Uma tentativa de se intrometer um pouco nas nossas questões do Conselho Curador. Então eu acho que nós vamos ter que ficar atentos a isso. Por parte de um conselheiro que faz parte lá, que não é dessa comissão, mas que tenta discutir se o Conselho Curador deve só encaminhar, por lei os relatórios e as resoluções, ou se o Conselho de comunicação deve e pode fazer pareceres sobre as resoluções do Conselho Curador. Então, a coisa é meio... é, é o Conselheiro, depois eu lhe digo. Não quero falar aqui pela internet, tá? Então, eu acho que a gente vai ter que ficar muito atentos a isso. Eu vou conversar depois com mais calma com quem esteve presente, com o Garcez, com a Mariana e o Antonio, eu fiquei um pouco preocupada com isso, mas é uma questão de postura; eu acho que a gente tem que tomar depois uma atitude com relação a isso, que a legislação é bem clara: O Conselho Curador deve encaminhar as suas resoluções para conhecimento, mas jamais que o Conselho de Comunicação Social deva fazer parecer sobre as resoluções do Conselho Curador. Realmente, eu acho que nós vamos ter que tomar uma posição firme com relação a isso. Eu conheço lá aquela casa, eu sei que as coisas são difíceis às vezes, não é, doutor Leão? O senhor conhece muito melhor do que eu, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É, né? Depois nós trocamos figurinhas para ver. Fala, por favor, conselheira Ana. Então é isso, só para dizer que eu vou estar atenta e vou informando ao Conselho. Depois eu vou conversar com o Nelson, inclusive, eu acho que a gente tem que ter uma postura mais conjunta com relação a isso, não é?

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Presidente, eu fico preocupada com essa informação.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu também.

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Que a presidente traz para nós, porque esse Conselho é um Conselho autônomo e a gente vai continuar discutindo autonomamente nossas posições no Conselho.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Exatamente.

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Então a autonomia do Conselho, ela tem que ser garantida e referendada por todos nós, independentemente de qualquer coisa. Então conte comigo, presidente, e demais conselheiros, para que a gente reafirme a nossa autonomia diante de qualquer órgão, obviamente sem desconsiderar o diálogo.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Hum-hum.

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Mas que seja preservada a autonomia do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação, e nós vamos batalhar para que isso permaneça. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu posso, inclusive o Antonio me deu a ideia de encaminhar ou a taquigrafia da reunião lá, se alguém tiver interesse de dar uma lida, porque o tom não me agradou, não me deixou tranquila. Acho que...

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Eu tenho interesse.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Acho que eu vou fazer umas visitas aos conselheiros, mas acho que temos que ter muito cuidado com isso, tá?

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Eu tenho interesse...

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Antonio, por favor.

SR. ANTONIO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Pois não, pois não. Eu não sei se vocês, a Mariana ou o Antonio querem falar alguma coisa, querem, assim, dividir com os conselheiros a sensação, porque eu não estava presente. Eu estou falando porque eu conheço o andamento daquilo, eu conheço o conselheiro que está se posicionando e eu li o relatório que eles me fizeram, mas fizeram por e-mail, é uma coisa pequena e tal. Mas eu senti que devamos estar atentos. Mariana, você quer falar alguma coisa, Mariana? Fique à vontade.

SRA. MARIANA: Ana, eu entendo a sua preocupação, e acho que de fato existe, enfim, essa tentativa de ter uma ação mais enfática com relação ao Conselho. Eu acho que a gente tem que entender que são dois órgãos que não se sobrepõem.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Hum-hum.

SRA. MARIANA: O Conselho de Comunicação Social, ele não sobrepõe e não tem nada legal que se faça e que se entenda como uma sobreposição a este Conselho. Não é um Conselho que pode caminhar em paralelo. Não vejo, eu sei que a ideia surgiu, né? A gente entende que ela pode vir a ser um problema, mas eu não vejo como um problema por si só de querer fazer parecer, porque eles têm essa, digamos assim, eles têm essa, incumbência legal de fazer os pareceres, só que a gente também... Eles são consultivos, nós inclusive somos um Conselho, em termos de atividade, muito mais atuantes, nós somos, de certa forma, deliberativos e eles são consultivos. Então, na prática eles não têm necessariamente, não é, nada que possa, enfim, influenciar a nossa atividade, né, nossa autonomia. Não há nada legal dentro da lei que queria o Conselho de Comunicação Social que permita a ele interferir na nossa autonomia. A nossa lei é um lei posterior que fala que a gente tinha que entregar a nossa... a nossa... as nossas atas. E aí, cabe a gente acatar ou não, se as sugestões deles vieram, forem interessantes, a gente acata ou não a sugestão, porque eles são consultivos e nós, enfim, acho importante estarmos abertos como a conselheira Ana Veloso colocou aqui. Eu acho que temos que atuar, colocou ao diálogo. Eu acho que nós temos que atuar nessa linha.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu também acho. Eu não estou fechando o diálogo de jeito nenhum, eu até já pedi, tinha pensado, inclusive fazer uma visita, conversa com os conselheiro e tal. Mas, bom, eu vou me restringir aos meus comentários que eu já fiz. Eu só acho que eu vou estar atenta e informando aos conselheiros do ocorrido. OK? Obrigada, Mariana.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA [0:56:01]: Que houve uma discussão, aí o Schroeder, o da Fenad, pediu vistas exatamente para dar tempo de rediscutir.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Rediscutir o quê?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA [0:56:10]: Não, pois é, para dar tempo das pessoas... das pessoas terem mais informação até, terem mais argumentos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:56:16]: Essa sua preocupação foi também compartilhada pelos integrantes da sociedade civil no Conselho. E por isso que o Schroeder pediu vistas do processo.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Pois é, então a minha antena não é a única paranoica. [risos] Mas eu fiquei preocupada com o relato, realmente eu fiquei. Bom, vamos deixar as coisas encaminharem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:56:44]: Para entender melhor o que está acontecendo. E, assim, eu concordo com a Mariana lá, ela explicou muito bem, né? O fato de eles quererem fazer algum parecer não tem nenhum problema. Qualquer órgão pode fazer qualquer parecer sobre qualquer coisa. A gente faz as audiências públicas, qualquer cidadão, qualquer pessoa. Não tem... E o Conselho não é obrigado a fazer. Agora, eles podem... A mesma recomendação que eles fazem ao Conselho, eles fazem ao Congresso, porque são órgãos consultivos do Congresso. Aí, o Congresso sim, o Congresso tem poderes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:57:16]: Como ela explicou, e pela palavra da presidente, eu acho que encerra-se o assunto, eles são consultivos e nós somos deliberativos no momento atual.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Conselheiro, exatamente, o problema é que eles, na verdade, eles têm a função de auxiliar o Congresso, e o Congresso pode fazer o que ele quiser. Tem todos os problemas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É, quem é o presidente do Conselho, é o Dom Orani Tempesta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [0:57:42]: O bispo.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: E quem é o vice-presidente do Conselho, é o Fernando César Mesquita, que é o secretário de comunicação do Senado Federal. Então, assim, o Conselho, o CCS em si, não tem nenhum poder, é evidentemente que não tem. Mas o Congresso tem. O Congresso Nacional tem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Não, nós vamos começar. Eu vou começar a conversar antes assim para sentir realmente. Pode ser que eu esteja completamente errada, mas eu acho bom a gente ficar atento. Mariana.

SRA. MARIANA: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Não, pode falar. O Garcez quer falar um pouquinho? Garcez, por favor. Você estava presente, dá a sua visão sobre a questão.

SR. JOSÉ ROBERTO GARCEZ: Na verdade, o risco não é institucional do ponto de vista de poder, isso está muito claro.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Claro.

SR. JOSÉ ROBERTO GARCEZ: Inclusive no Conselho. A questão é o poder político que pode, aí sim, ter uma situação. E essa foi

visivelmente, essa é a situação. Eu acho que a negociação passa pela política, exatamente por isso que eu concordo com a iniciativa.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É isso daí.

SR. JOSÉ ROBERTO GARCEZ: Perfeito.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Tá, mas mantenho. Vamos trabalhar, vamos conversar e eu mantenho o Conselho informado. O próximo item da pauta, é o último dos informes. Eu estava fazendo assim, passei para cá porque o senhor não chegava, conselheiro João Jorge. Estávamos sentindo a sua falta. O senhor gostaria de falar a respeito do programa Nova África, não é? É isso? Por favor, o senhor tem a palavra.

SR. JOÃO JORGE SANTOS MARTINS: Bem, o programa Nova África, além de ter melhorado de conteúdo e de qualidade, ele precisa ter, ser um pouco mais conhecido pelos conselheiros. Então nós estamos pedindo para amanhã, pelo menos, apresentar um link de três minutos, no máximo, sobre os vários programas que estão dentro do Nova África e, também, mandar a repercussão disso numa revista que está saindo em Angola, que é o África 21, total em português e tudo. Então eu pedi para mandarem o link para todos nós e mandarem também para o Antonio e o pessoal do Conselho, aqui, para amanhã a gente poder apresentar um pouquinho como é está o programa, como que estão as abordagens, né? E quero sugerir que a própria EBC mande para a gente, antes do programa ir ao ar, alguma coisa dizendo que vai ter tal programa sobre tal assunto. Eu gostaria de receber pelo menos um banner para poder replicar, para passar para várias pessoas que tenham acesso ao programa, está certo?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu consulto se o Nelson ou o Eduardo querem fazer alguma complementação com relação ao programa.

SR. NELSON BREVE: Eduardo, por favor.

SR. EDUARDO CASTRO: Esse último pedido que o conselheiro João Jorge está fazendo já é recorrente. Nas redes sociais e também no nosso boletim. Eu acho que é só a gente ver se está todo mundo recebendo. Realmente isso pode ser que esteja...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:00:45]: Ele está pedindo para destacar com destaque.

SR. EDUARDO CASTRO: Sim, sim, sim. Sim, mas isso a gente já faz de várias maneiras, só que com relação para os conselheiros, isso é ver se está chegando a todo mundo, mas nos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO CASTRO: É --

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO CASTRO: Sim, é...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA [1:01:06]: É alguma coisa, igual a gente faz, que é feito assim, você manda um bannerzinho que ele pode replicar, eles mesmo podem replicar e eles assistirem para eles ficarem sabendo depois, né? Eu acho que é isso que eles estão querendo fazer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Então, vamos cobrar!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu recebo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Opa, então vamos revisar isso, por favor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu recebo. O boletim de programação? Eu recebo. Toda semana.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Vamos revisar, então, por favor, isso, tá, gente, os e-mails.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:01:50]: Pode ser algum problema de e-mail.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: De *cookies*, que eu nunca entendi o que são *cookies*, mas os *cookies* atrapalham, não é verdade, Eduardo? Então, por favor, a Secretaria, eu peço que dê uma revisada nisso tudo. O conselheiro Daniel recebe?

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu acho que recebem, não estão apertando lá, não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É, exato, exato. TV Brasil, não é isso?

SR. EDUARDO CASTRO: São várias formas de comunicação. O que eu quero dizer aqui é que tem desde o boletim informativo de programação, que vai ao ar uma vez por semana, e também tudo que sai no Twitter, no Facebook, nas páginas dos programas. Isso tudo, esses são... Esses não são direcionados a nenhum de nós, se não a todos nós, não é? Isso daí vai para a rede social. Mas eu falo especificamente do boletim de programação. Eu sei que como é um tiro que se dá para vários alvos ao mesmo tempo, muitas vezes acontece.

SR. NELSON BREVE: É uma *newsletter*...

SR. EDUARDO CASTRO: É, exatamente.

SR. NELSON BREVE: Com as principais atrações e com toda a grade de programação da semana.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Tá, então vamos fazer o seguinte: vamos entrar em contato, em diálogo com a gerente de comunicação para dar uma checada nisso, tá? Bom, passamos ao terceiro item da pauta, que são as políticas de parcerias. O documento inicial apresentado pela diretoria da EBC. Todos receberam aquele documento, que foi encaminhado pela diretoria?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Isso. Eu gostaria de passar a palavra para o Nelson para, para ele dialogar com a gente sobre isso. Esse documento é uma... é uma versão inicial, evidentemente, não é? E eu gostaria de que o Nelson falasse sobre ele, se já houve alguma discussão na reunião de hoje sobre isso, qual é a perspectiva da gente poder receber o documento.

SR. NELSON BREVE: Nós fizemos uma discussão, na verdade (eu não vou ler), mas é o seguinte: nós recebemos esse documento aqui e não tínhamos tido a oportunidade ainda de discutir em diretoria a proposta que o grupo de trabalho havia feito, né? Nós tivemos muitas viagens, muitas coisas que não conseguimos discutir a tempo para esta reunião. E aí fizemos essa reunião hoje. Na nossa reunião, a gente entendeu o seguinte: primeiro, que é um documento muito concentrado em as parcerias de jornalismo e que a gente acha que ele precisava ser mais amplo, ampliar o escopo também para as parcerias de outros conteúdos, que eu acho que ele ficará mais completo. Algumas questões de uma palavra ou outra aqui que a gente considera inapropriada ou incorreta ou que está faltando para complementar, que a gente também gostaria de fazer. E ao invés de critérios para parcerias, a gente

estabelecer que seriam diretrizes para parcerias. E aí os critérios viriam depois, na sequência. Então, apenas seriam esses os comentários. A gente gostaria de ouvir o que os conselheiros, para que a gente, ao fazer um documento já para ser apresentado numa próxima reunião, a gente incorporasse as sugestões e as avaliações que os Srs. Conselheiros tivessem a respeito disso tudo.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Conselheiro Strozi, pelo seu olhar, acho que o senhor tem alguma contribuição [risos]. Tem, né?

SR. GUILHERME GONÇALVES STROZI: Não, é porque eu li, eu fiquei...

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu sei.

SR. GUILHERME GONÇALVES STROZI: É algo que eu realmente acho muito importante, até já tinha tido conversas de corredor assim com membros da diretoria, falando sobre como eu acho importante isso, até por ter trabalhado dentro da TV Brasil no quadro de jornalismo participativo, colaborativo, que é o Outro Olhar, durante os quatro anos que eu fiquei trabalhando nesse quadro, eu sentia muita dificuldade mesmo de estabelecer diretrizes e de tentar criar parâmetros que me orientassem de uma forma bastante ampla sobre como receber conteúdos da sociedade civil e veiculá-los sem que isso possa parecer mal intencionado de qualquer forma. Então eu acho extremamente importante que o Conselho Curador se empenhe mesmo em debater essas diretrizes. Eu concordo plenamente que esses não seriam critérios, seria diretrizes, os critérios viriam depois. Essa seria até a primeira coisa que eu ia falar, então, eu acho o que Nelson já tocou no ponto, porque essa proposta da... da EBC, eu achei ela extremamente boa, como diretriz geral. Acho ela bastante objetiva e bastante sucinta, como uma diretriz deve ser, não é? É difícil a gente criterizar bastante. E aí eu acho, eu não sei se a gente faria essa discussão dos critérios agora ou se a gente faria isso num outro momento.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É, eu acho que agora, nós podemos, inclusive, algum outro conselheiro gostaria de se manifestar? Conselheiro Paulo, por favor. Só um minutinho, vamos ver.

SR. PAULO RAMOS DERENGOVSKI: Não, é rápido. Eu também concordo com o Strozi. Acho que a diretoria foi muito feliz ao situar esses critérios de parcerias de conteúdo. Acho que isso deveria ser aprofundado mais tarde, naturalmente não estaríamos preparados para discutir assuntos de tal profundidade agora. Porém, quero ressaltar aqui, está aqui no quinto ou sexto parágrafo, a importância da regionalização maior e, e sempre presente nas parcerias de conteúdos dos nossos programas, tanto de televisão como também de rádio.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Alguém mais?

SR. GUILHERME GONÇALVES STROZI: Só para concluir rapidamente.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Pois não.

SR. GUILHERME GONÇALVES STROZI: Seria assim: na verdade, por que eu estou chamando a atenção disso? Porque, bom, a Empresa Brasil de Comunicação é uma empresa pública, então aqui, na rápida caracterização que foi feita, em quatro divisões, regime de captação, origem da produção, natureza e custo, a minha principal preocupação é quando a gente for estabelecer parcerias com entidades privadas. Também concordo que as diretrizes para essas parcerias de conteúdo não devem se ater majoritariamente ao jornalismo, porque nós somos uma empresa de comunicação, e, então, ainda mais por isso que a principal fonte de preocupação nossa tem que ser: quando a EBC for fazer uma parceria com uma entidade privada, é possível definir todos os critérios para essa parceria? Eu acredito que não, até pela minha pouca experiência, vocês devem ter mais maturidade até para definir isso, mas eu acredito que não. Mas não ter nenhuma criterização é muito ruim. Eu acho que a gente precisaria realmente se empenhar para que... e de forma alguma para burocratizar essas parcerias com a sociedade civil, mas para impedir qualquer forma mal intencionada de relação com a EBC com a sociedade civil por meio de contrapartida financeira, né? Dentro desse quadro do jornalismo participativo da TV Brasil, num primeiro momento a gente teve essa experiência financeira: daríamos, ofereceríamos uma contrapartida financeira para uma produção audiovisual muito rápida da sociedade civil e a gente viu (até quando o Eduardo ainda estava na TV, não é, Edu) de que isso não seria o melhor caminho. Seria impossível a gente pulverizar milhares de reais, Brasil afora e ter essa produção veiculada na TV Brasil. E aí, quais seriam os critérios para isso?

Então é realmente importante que a gente pense essas parcerias de uma forma profunda e, atualmente pensando isso, especialmente para o jornalismo, aí eu coloco essa reflexão para a gente estender um pouco mais esse critério, entendendo que hoje a gente não na web tem dois tipos de caracterização de circulação de conteúdos, que seriam o *copyright* e o *copyleft*, então é muito importante que a EBC pense uma forma de parceria, por exemplo, com o portal EBC ou com a Agência Brasil, que esses acordos estabelecidos com essas empresas de para a gente circular conteúdo, vou dar um exemplo: a Agência Brasil hoje tem uma parceria de divulgação de conteúdos com a Agência Lusa de Portugal. Só que determinados conteúdos da Agência Lusa de Portugal são comprados. Da agência F, por exemplo, da Reuters. Esse conteúdo, quando está na Agência Lusa, foi comprado pela Agência Lusa, então a Agência Lusa, ao exibir este conteúdo para o mundo, pagou esse conteúdo. Se a Agência Brasil pega este conteúdo da Agência Lusa e a Agência Brasil tem *creative commons*, ou seja, ela pode divulgar seus

conteúdos gratuitamente para ser compartilhados. A gente entra num enigma. Então a gente vai poder pegar esse conteúdo que a Agência Lusa comprou da Reuters e divulgar livremente no Brasil? É legal? Juridicamente isso é legal? Então são pontos que talvez a gente precisaria se debruçar nessas diretrizes, porque a gente pode criar confusões muito grande dentro de uma perspectiva, para mim, de concepção moderníssima que a EBC está colocando no atual momento em termos de *web*, que é estimular o compartimento de conteúdos que estão em *creative commons* e a EBC é fantástica nesse sentido, por estar estimulando isso mesmo, vamos parar de falar sobre conteúdo privado e a pirataria, e que tal se a gente começasse a falar sobre os conteúdos que estão aí para ser divulgados e estimulá-los? Então é isso assim, a importância disso dentro desse critério mais moderno de circulação de conteúdo é quando a gente compartilha um conteúdo, a gente tem que estar muito ciente de que quem criou esse conteúdo lá atrás permitia o compartimento dele.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Nelson pediu a palavra. Só um minutinho.

SR. NELSON BREVE: Guilherme, é muito oportuno o que você está falando. Quando nós estivemos em Lisboa para uma reunião da Aliança das Agências De Informação de Língua Portuguesa, a palavra da lusa era como transformar isso aqui em um modelo de negócio, ou seja, todas as informações das agências, africanas, asiáticas, né, a nossa e a deles, em língua portuguesa, em uma coisa para ganhar dinheiro. Daí eu disse: nós temos um problema [risos], porque eu não faço isso para ganhar dinheiro. O meu conteúdo eu distribuo livremente. Então, se formos fazer uma parceria, tem que... eu acho que não vai dar muito certo, porque eu vou te dar o meu conteúdo de graça e você vai vender para quem? Para mim? Ou seja, quando você monta o modelo de negócio, você diz: tem 250 milhões de pessoas que falam a língua portuguesa. Cento e noventa estão no Brasil. Então, o modelo de negócio deles é para os outros 60. E aí? E os países africanos que não tem também, as agências deles não tem condições de pagar? Quem vai pagar por esse conteúdo? Aqui não tem. Então, eu concordo plenamente com você que essa é a chave da questão e nós precisamos resolver. Se vamos fazer um acordo com a Agência Lusa precisamos saber aonde é que a gente não infringe o *copyright*. Então podemos apenas distribuir os conteúdos que não infringe. Então, é aí que vem toda a escala de preocupações em relação a isso e a outras parcerias que a gente venha a fazer, seja com empresas públicas ou empresas privadas, a gente tem que. ... Mas, assim, com toda a certeza, esse é um ponto fundamental de discussão da nossa política de parceria.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Mais alguém? Conselheiro Daniel. Ai desculpa. Ele estava na frente. Não, Edu, por favor. Desculpa.

SR. EDUARDO CASTRO: Só dois pontos aqui no documento. Obviamente eu achei bem delineadas as linhas gerais e as prioridades, porque às vezes a gente vê prioridade como exclusão. Isso pode ser uma cabeça da gente, então cuidado com a minha preocupação. Por exemplo, quando fala aqui, obviamente a prioridade são as produções nacionais. Mas eu acho que a cooperação internacional também ela foi muito importante. Então eu acho que isso não deveria ser colocado como, inclusive por causa do aprendizado de fazer junto, de colaborar, etc. Então, por exemplo, tem uma experiência que a gente faz da amostra ver ciência, que esse ano a gente fez de novo, então a gente tem cooperação com TV espanhola, TV Argentina, TV nacional do Chile NHK do Japão, etc., que disponibilizam os conteúdos para a gente, fazem... a BBC, que é tradicional parceira nisso, e isso tem um impacto muito legal. Então, eu acho que, talvez, inclusive com o internacional, as TVs públicas dentro, desse critério de vocês também, as televisões públicas internacionais seriam prioritárias em relação a outras, como eu acho que é mais ou menos óbvio. Então essa é a preocupação, também, de resguardar um espaço importante para a cooperação e parcerias internacionais, eu acho que é significativo.

O segundo ponto é que dentro das entidades nacionais, das emissoras nacionais, as parcerias com o público ou o privado, também o privado brasileiro é dividido em duas grandes: tem o privado com fins lucrativos e tem o privado sem fins lucrativos. Nós temos inúmeras associações, não é? Nós temos o Sistema "S" e 'N' outras coisas que produzem material interessante, que eu acho que a gente deve distinguir. Isso também dentro desses critérios, mais orientações gerais como, como você disse, que ainda vão precisar definir critérios mais específicos.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Conselheiro Daniel, por favor.

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: Bom, eu quando vi o documento, não é, eu considero que esse realmente é um ponto importante e concordo com as observações do presidente, de que, afinal de contas, o texto ficou muito restrito a... a... não tenho nenhuma discordância em relação aos critérios aqui emitidos, mas eu acho que a discussão dos critérios de parcerias é bem mais ampla, não é? Eu queria... é abordar, enfim, fazer uma intervenção numa linha semelhante à do Ildeu, né? Primeiramente, a quantas anda a nossa política de parcerias com os entes internos? Eu me lembro que há uns meses atrás nós tivemos uma discussão onde estiveram presentes aqui representantes de emissoras universitárias e outras, e havia uma tonalidade, um tom geral de crítica, tá, à política nossa, da EBC, não é, no sentido de que... é... enfim, todo o potencial existente de parcerias não estava sendo, apesar dos acordos e dos laços em relação ao período anterior terem se aperfeiçoado, tinha todo um potencial que poderia ser aproveitado e não estava, não só do ponto de vista dos programas jornalísticos, não é? Eu

acho que a gente tem aí, como a EBC, uma responsabilidade do ponto de vista da articulação da rede pública ou privada sem fins lucrativos, muito grandes. A EBC tem pela sua força, não é, quer dizer, a possibilidade, e pela sua dimensão nacional, a possibilidade de ser um grande centro de articulação de todo esse potencial. E eu sinto que, quando eu vi o... o título do texto, pensei que de alguma maneira a gente ia abordar essa questão. Então esse é um ponto que, a meu ver, numa outra formulação do texto, que eu acho que a gente vai manter essa discussão, porque isso é um grande ponto, a questão das parcerias, eu acho que deveria ser melhor trabalhado, um balanço de a quantas andamos, quais são as perspectivas, se essas críticas ainda se mantêm, formuladas aqui alguns meses atrás, não é?

A outra dimensão, que eu acho importante das nossas parcerias, é a questão internacional. E, desse ponto de vista aí, eu penso que nós temos aí uma, inclusive em sintonia com a política externa brasileira, a política externa brasileira, por exemplo, fixa uma prioridade para os BRICs, quer dizer, Rússia, China e Índia e África do Sul. A quantas andamos do ponto de vista de parcerias com as TVS dessas... desses países? O que é possível fazer? Inclusive a gente tem a rede do Itamaraty, que pode ser acionada. Há várias reuniões aí de presidentes da República, no mais alto escalão, com desdobramentos de diversos aspectos. Eu acho que, evidentemente, que a Agência Brasil, a TV Brasil, as nossas rádios, não é, porque a gente é muito condicionado do ponto de vista da informação internacional, o Brasil, enfim, o mundo todo, não é, está cada vez mais interdependente, o Brasil cada vez mais presente nessas redes, mas a gente continua muito carente em termos de outros pontos de vista. A gente recebe aqui maciçamente a informação que é proveniente das agências internacionais dos grandes países capitalistas, não é? A gente não recebe outros ângulos. Eu acho que do ponto de vista de um princípio que a gente tem, de apresentar pontos de vista contraditórios ao nosso... aos nossos telespectadores, as nossas ouvintes e espectadores, não é, a questão do Irã, por exemplo. Pode ter a bomba atômica, não pode ter a bomba atômica... o mundo, gente, não está muito longe de um conflito. Claro que a gente pode dizer aqui que não vai estourar, que é provável que não estoure, porque afinal de contas não é racional que estoure, mas o ser humano está longe de ser um ser racional, apesar de muitos sustentarem isso. E hecatombes têm acontecido, não é? Quer dizer, é uma beira de abismo que a gente se encontra. E qual é a informação que a gente tem do ponto de vista do Irã? Qual é a informação que a gente tem do ponto de vista da Rússia e da China? Que mantêm-se numa posição diferente da... é... comandada aí, empreendida aí pelos Estados Unidos e por outros países, não é? Então, eu acho que a gente, nos nossos... acho que tem um potencial aí de parcerias para a gente recolher informações e pontos de vista diversos que eu acho que enriqueceria profundamente não só o nosso trabalho jornalístico, mas o nosso trabalho cultural também geral, não é? Quer dizer, trazer programas desses

países, não é? Às vezes há entidades, certamente na Rússia e na China, mas também na África do Sul e na Índia, entes públicos ou universitários, e tem uma disponibilidade extremamente grande de parceria aí, não é? E isso faz sintonia, eu insisto, a gente não vai fazer... É... Empreendimentos quixotescos. Isso daí está em perfeita sintonia com a nossa política externa. E o Itamaraty é uma poderosa e competente burocracia civil que nós temos, não é, que pode ser acionada a favor da EBC. Então eu penso que a gente deveria também ter em vista... é... Quer dizer, na questão das parcerias, não é, ter uma visão mais abrangente da EBC, do Brasil ser um centro articulador, dinamizador de todo esse mundo público e privado sem fins lucrativos, e do ponto de vista internacional, a possibilidade da gente enriquecer, aí, o nosso... o nosso... as nossas parcerias.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: OK. Conselheiro Mário.

SR. MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND: Mais ou menos dentro do que o Daniel falou, é muito importante. Isso fica faltando, também, para nós a questão da América Latina, a integração latino-americana, e nós temos aí, eu acho que já tem até parcerias com Telesul, com a imprensa latina, que seria o outro lado, que a gente... é... as informações que a gente recebe é apenas de um dos lados, não é? Se é preciso, me parece que pela América latina afora, tem muita programação, não só a nível jornalístico, também cultural, que se encaixa perfeitamente na sintonia da EBC e é muito importante porque aí é que a EBC vai se diferenciar, que os canais comerciais não fazem isso. Então é muito importante o que o Daniel, o conselheiro Daniel tocou. Eu acho que deve ser incrementado e com... é... com muita ênfase, que isso daqui que vai dar o nosso diferencial. Nós temos que ser o contra ponto e não só em relação a Irã, como em relação à Venezuela, em relação a Cuba, em relação, enfim, a Argentina, eu estou vendo aí, na semana passada até tive nesses dias no Acre, me chamou a atenção que um senador da República, falando sobre a internet, a importância da rede social, citava o exemplo da Argentina. E por que ele fez isso? Esquecendo que na Argentina, nesse momento, há uma, dia 7 de dezembro vai ser um marco na Argentina, que o grupo Clarin vai ter que se enquadrar a uma legislação, que é... que existe nos Estados Unidos inclusive, não é? E o Senador citava como importância da rede social a mobilização que estava acontecendo na Argentina, quando a gente sabe que na Argentina essa mobilização não é nenhum produto de rede social, mas é um produto de interesse econômico, tão visível ali. E isso por quê? Porque o senador, naturalmente, não teve acesso ao outro lado, ao outro tipo de informação. Isso um senador que seria a "vanguarda pensante no Brasil". Então, entre aspas, né? Entre aspas [risos]. Se quiserem, eu posso citar o nome, mas... Enfim, é importante, se o senador não sabe, não conheceu, não teve acesso a essa informação, o restante do povo brasileiro, que a gente quer atingir, também não tem esse acesso. Então eu acho que é importante. Eu tinha visto o documento, o documento aqui é interessante, e é importante, agora precisamos

aprofundar, precisamos ter em mente essa questão. E eu insisto, a integração latino-americana, para nós, na diretriz da nossa política externa, é fundamental.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Nelson.

SR. NELSON BREVE: Bom, primeiro eu queria dizer assim que os diretores que estão aqui, todos eles são testemunhas de que tudo aquilo que os conselheiros estão falando, eu falo sempre. A diversidade que a gente quer dar, para a gente não ter só o ponto de vista de uma agência internacional como a Reuters. Eu acho que lá, essa entidade, ela congrega as principais empresas públicas de comunicação. Da NHK no Japão à PBS nos Estados Unidos. Então nós estamos falando de todo o conjunto, desde aquelas que são... Não tem Rússia e China, pelo menos não estavam presentes no encontro que a gente foi lá, eu acredito que, assim, até por conta do regime talvez, ou não se enquadra em algum perfil deles, eu não sei. Essas não estavam, mas estava de Macau. E Macau, é assim... É China. Então a TV pública de Macau, ela converte os conteúdos chineses para... E nós conversamos muito sobre a possibilidade de troca de conteúdos da China, já em português, e os nossos para a China. Então fora outras conversas que nós tivemos. Então, assim, eu sempre tenho procurado isso. A gente está com a proposta de... A... IPS fez um acordo com a FAO. A IPS é uma agência de notícias internacional, mais vinculado ao pensamento de esquerda. Fiz um acordo com a FAO e eles estão dispostos para fazer um acordo conosco também de fornecer o conteúdo. Agora o grande problema, e aí eu acho que a solução está mais dentro de uma agência como essa, a *Public Broadcasters International*, a PBI, do que propriamente nos acordos bilaterais locais, por quê? Porque o problema é o seguinte: a *Reuters*, a gente paga, mas eles têm um sistema altamente eficiente, eles fazem chegar o material em baixa resolução e depois em alta resolução em velocidade muito rápida de tudo que tem no mundo. Eles ganham muito dinheiro com isso por quê? Porque eles têm uma ferramenta adequada. Nós não conseguimos ter essa ferramenta adequada e é isso que a gente quer ter, ou seja, um lugar onde a gente possa fazer a troca de conteúdos, sei lá, as pessoas falam depósito, alguma coisa. É um lugar onde a gente possa ter acesso ao que chega, em baixa resolução, queremos isso, e depois um mecanismo, uma ferramenta em que a gente consiga baixar os conteúdos em alta resolução para que a gente possa fazer o jornalismo. Então, assim, nós estamos preocupados com isso. Eu, a criação da diretoria internacional, ela tinha duas coisas muito... Dois pés muito fortes, mas a gente não conseguiu dar ainda a infraestrutura necessária, de pessoal para se trabalhar, falta gente para trabalhar. A diretoria internacional não tem dez pessoas assim. Tem quatro cargos em comissão. É, assim, uma coisa muito pequena para alguém que almeja um país que é um BRIC hoje, ou seja, para alguém que almeja influenciar a opinião no mundo. Mas quais eram? Era ampliar o alcance da TV Brasil internacional, inclusive para que ela pudesse ter influência, porque em português ela não tem influência

nenhuma. Nós temos que pagar fortunas para as TVs a cabo dos diversos continentes nos carregarem ao invés de que, se tivesse um conteúdo produzido no Brasil em inglês para os demais países e em espanhol para a América latina, qualquer emissora de TV a cabo tem interesse em ter o nosso conteúdo lá, desde que seja na língua que as pessoas entendam e não no português, fora dos países da língua portuguesa. Então nós, além do fortalecimento da TV Brasil internacional, era o fortalecimento das parcerias com as TVs públicas internacionais. Foi essa missão que eu dei para o diretor internacional. E nós estamos tentando construir isso. Há restrição de viagens este ano, mais uma vez em relação, foi, assim, nos impactou muito fortemente em relação à gente... Já tem pouca gente e não pode viajar, ou seja, você tem que restringir as despesas de viagem. Isso foi, assim, impactou fortemente na questão do que a gente queria. Agora nós, uma das... Decisões que a gente tomou, é que nesse documento a gente tenha um parágrafo final que vai dizer na diretriz: o inventário de todos os acordos. Nós temos acordos com vários internacionais da época da Radiobras. Então a gente revê esses acordos, modernizar, refazer, ou seja, e estabelecer uma agenda de trabalho para firmar essas parcerias no nível internacional e dos investimentos necessários para termos essas ferramentas que possam nos dar possibilidade da gente ter acesso ao conteúdo. A grande questão é: para um jornalista que está fechando uma matéria que vai ao ar, que é aquele estresse diário no telejornalismo, sempre a informação que chega mais fácil na mão dele é aquela que ele vai usar. Ele precisa, é da natureza do jornalista. Eu uso tudo aquilo que chegou mais fácil à minha mão quando eu não tenho uma estrutura para ir buscar toda a informação no mundo. Então, é isso. E eu, pode ter certeza, eu sou um revoltado com essa situação, a Nereide sabe muito bem disso, muito bem disso. Eu quero é que a gente tenha a oportunidade de confrontar as diversas visões, não nos deixarmos levar por qualquer uma delas.

Teve o, com todo o respeito, o embaixador do Irã esteve comigo recentemente e tal, a Agência Irna e tal. A Agência Irna não tem nenhuma influência do governo iraniano. Ela tem do poder clerical que eles têm lá, do poder religioso, ou seja, o poder religioso é que manda na Agência Irna, né? Então, ou seja, há uma influência, querendo ou não há. Eu não posso tudo aquilo que me vem da agência Irna ou da TV iraniana, eu levar em conta como verdadeira. Agora eu posso confrontar aquilo que vem da Reuters com aquilo que vem da Agência Irna e colocar as duas para que as pessoas possam fazer a sua... É... Fazer a sua própria... Tirar as suas próprias conclusões, a síntese disso. Então aí sim, esse é o trabalho que a gente quer fazer no nosso jornalismo.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA [1:31:15]: ... A gente fez debates, discutimos, fizemos como explicando como que era a questão da... da energia nuclear. Então, assim, a gente tem feito. Apesar, isso que o Nelson falou, assim, ter a Reuters, é impossível a gente hoje prescindir da Reuters, porque a gente tem a imagem de tudo que está acontecendo

Reunião de Conselho - Porto Alegre

no mundo. O texto da Reuters é mais uma informação, mas a gente tem mudado assim o texto, essas coisas de Otan, que vocês reclamavam tanto, lembra? Eu acho que a gente já mudou o tom e a gente tem uma preocupação sempre de procurar outras fontes, informação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:31:58]: Deixa eu...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:31:59]:[pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:32:02]: Na questão internacional, parabenizando as palavras do presidente, que deixou muito claro, eu queria lembrar uma coisa que sempre o Ministro Franklin Martins dizia para nós aqui, quando eu já assim havia entrado no Conselho, e que era uma preocupação do Itamaraty e, na época, do ministro Celso Amorim, de também atingir, o que ele chamava, de diáspora brasileira, de milhões de brasileiros que agora estão diminuindo com o progresso recente do país, mas que estão no exterior desesperados por ouvir coisas de conteúdos sobre o nosso país e que pode ser feito através muitas vezes dessas parcerias. Vamos lembrar essa preocupação que já havia naquela época. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eduardo, um minuto e meio.

SR. EDUARDO CASTRO: Nem isso. Só para lembrar, a gente faz a discussão, mas a palavra que a gente está resumindo aqui é a logística, né, a questão é a logística. Mas nós já temos alguns conteúdos, principalmente fora... Principalmente, não, também fora do jornalismo, que já contam com esse tipo de colaboração. Alguns de cabeça... Janela, Janelinha, que é programa infantil, recebe filmes do mundo inteiro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. EDUARDO CASTRO: Exato, senha verde, que é uma lógica mais ou menos parecida que a gente acabou de estrear agora em setembro; TV que se faz no mundo; todos os docks TVs, latino América, é em português, não só brasileiros, mas em português. Ou seja, a gente tem muito, embora a logística seja o grande problema e a gente sabe que... Sabemos que esse é o problema e temos que lutar contra isso para fazer com que a logística não seja mais um empecilho, mas também haja, acho que a gente já tem exemplos, como eu acabei de dar, alguns, pelo menos, que a nossa intenção é chegar nesse resultado. Só para não parecer que a gente não tem feito nada nesse sentido.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: A Conselheira Ima e aí fechamos esse item. Por favor.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: a EBC teria formulado a parceria com o valor econômico, que nós recebíamos a política, de

formulação de parceria de conteúdo. Então eu imagino que seja algo maior do que somente esses critérios, que colocam diretrizes, prioridades, etc. Então eu pergunto.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: São as duas coisas, na verdade é o que o Conselho está demandando.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Eu pergunto isso porque o critério faria parte da política.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu gostaria de sugerir, para a gente fechar essa questão, esse item, que os conselheiros que quiserem, que tiverem contribuições, que mandem por e-mail ao Antonio, ou à Secretaria ou à Mariana, ou à Secretaria do Conselho, e a gente encaminha à direção da empresa para poder analisar e aproveitar provavelmente algumas coisas. Mas então fica claro que a gente consegue receber não só os critérios, mas também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:34:51]: Sim.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: O que existe já de parceria nesse sentido, tá? Obrigada, gente.

Passamos ao próximo item, rapidamente, proposta inicial de calendário para o primeiro semestre de 2013. Nós já discutimos aqui e o conselheiro, por provocação do conselheiro Daniel, a questão da realização de reuniões mensais, não é? Eu sugiro que a gente mude o Estatuto Social da empresa, art. 22, que prevê que as reuniões do Conselho acontecem a cada dois meses, porque se não a gente fica sem saber se faz mensal, se não faz mensal, se faz semanal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Qual é a proposta, conselheira Ana? Não, não entendi.

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Que a gente possa estabelecer de acordo com as nossas discussões, as demandas dos debates que nós avaliamos na reunião, inclusive, que o conselheiro Daniel tinha se colocado e eu também, e nós avaliamos na reunião de setembro.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Hum-hum.

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Que nós temos um elenco de debates e de discussões.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Exato.

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Que ele exige que a gente se encontre com uma maior frequência nesse sentido, inclusive, com a proposta do conselheiro Daniel, que eu reitero, de que muitos desses roteiros de debates aconteçam dentro da nossa reunião.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Isso.

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Porque, muitas vezes, como foi no caso anterior, alguns conselheiros, eles.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Foi uma pena realmente.

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Eles estão chegando pela manhã e perdem uma parte desses debates, não é?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Hum-hum.

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: E, isso, de alguma forma, empobrece.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: A nossa ideia, conselheira, é que a gente faça até com esse modelo que a gente está tentando hoje, né?

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Hum-hum.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Faça a parte administrativa, talvez um pouco mais enxuta ainda, e num segundo momento então... Ou ao contrário, alguma coisa assim.

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Então, nesse sentido, presidente, eu percebo que estabelecer esse, dentro desse critério de dois em dois meses, não vai contemplar a nossa demanda de discussões que a gente precisa ter.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: A sua sugestão, então, é de mudar o Estatuto, é acolhida pelos presentes? Conselheiros...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Então, vamos preparar uma... o documento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É. Nelson, eu consulto se há perspectiva para o próximo ano de passagens, essas coisas assim, de acomodação. Eu sei que é uma pergunta um pouco etérea, mas de qualquer maneira é bom fazê-la *[risos]*.

Reunião de Conselho - Porto Alegre

SR. NELSON BREVE: Olha, eu estou, assim, a gente sempre vai depender, porque o limite.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Claro.

SR. NELSON BREVE: Infelizmente, somos uma empresa dependente do Tesouro Nacional.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Mas nós estamos fazendo...

SR. NELSON BREVE: Nós vamos fazer o maior esforço para deixarmos de ser, mas os limites, eles vão ser colocado para nós no ano que vem, não é? Então, inclusive, acho que o que a gente está querendo fazer, inclusive para cada diretoria, que eu acho que a gente pode fazer para o Conselho, é a gente desde o início do ano, a gente destacar qual seria o limite para o Conselho...

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Isso, isso.

SR. NELSON BREVE: Em termos da despesa e o Conselho avalia o que considera mais adequado. A gente, nós vamos fazer isso para a nossa... Para cada um das diretorias. Esse ano a gente fez com o carro andando e ainda assim com algumas dificuldades que tivemos. Para o ano que vem, a gente quer já largar com... Com esses montantes mais ou menos definidos.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: De nossa parte...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. NELSON BREVE: Pode ser também, agora só que eu tenho que entender também o Conselho, e a gente fazer isso num diálogo, que eu tenho todas as demais áreas para...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. NELSON BREVE: Certo.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Na verdade, nós o Conselho, da nossa parte, vamos tentar fazer como nós fizemos hoje, juntar, não é, a reunião, amanhã a audiência, para poder, inclusive, otimizar e economizar, essas coisas todas, tá? Bom, então está... Pois não, pois não.

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Eu sei que possivelmente não vai entrar nessa mudança do edital, mas só para lembrar, aos conselheiros e conselheiras, que nós estávamos discutindo em uma reunião que nós tivemos; um grupo da Câmara de jornalismo mais eu e outros conselheiros, que não são da Câmara, inclusive com a Mariana Martins, uma estratégia para a gente manter contato antes da

reunião, não é? Uma ferramenta que a gente pudesse se encontrar virtualmente antes da reunião, obviamente que não vai substituir a reunião, mas seria algo para nos ajudar a... A organizar a pauta. Não foi isso, conselheira?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Foi isso mesmo, isso mesmo. Não é, Mariana?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: A Mariana, eu vi, quer dizer, a provocação dela via e-mail.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Não, não é? Então, conselheira, mas ela fez, ela fez.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Você tem que fazer o seguinte: você manda dez vezes, aí as pessoas respondem. É que fica muito e-mail, e as pessoas não... Mariana, insista, pode insistir, não é, conselheira Ana Veloso, pode insistir. Quem é que pediu? O Guilherme, o Guilherme Strozi.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SR. GUILHERME STROZI: É rapidinho, só se a lei da EBC que fala que as reuniões tem que ser bimestrais e extraordinariamente convocadas quando a presidência decidir. Então eu acho que a mudança, uma resolução, só seria, na verdade, um delineamento da lei; a gente não vai.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Não vai o quê?

SR. GUILHERME STROZI: Mudar a lei, né?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. GUILHERME STROZI: Não, então assim...

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Não, é uma resolução do Conselho.

SR. GUILHERME STROZI: Que possa afinar melhor então a lei, porque já que ela é possível de ser extraordinária, que já seja definida aqui que seja...

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: O Dr. Lembo, já ia me dizer que eu estava muito castilhisto, mas eu não vou fazer... Eu

não vou mudar a lei não, doutor. Eu não posso né? Eu não vou mudar, fazer mais nada sem consultá-lo agora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: O senhor é meu assessor para assunto jurídico [risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Muito honrada fico eu. Conselheiro João Jorge.

SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES: Bem, eu queria sugerir, que a gente recebeu um calendário, que já tem previsões de janeiro e fevereiro...

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É, eu já ia passar para esse item.

SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES: É, para ver essas datas aí, porque é um período muito especial entre janeiro e fevereiro, de férias, de eventos.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Todos receberam?

SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES: Não está na pasta aqui, não. Não está na pasta.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: A primeira proposta é em janeiro. Eu consulto aos conselheiros se a gente conseguiria fazer isso em janeiro. Eu sei que é um mês complicado, de viagens, etc., de férias, mas... Final de janeiro talvez?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Não sei quando é o carnaval.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu acho que o ideal, presidente, é a gente fazer um balanço, quem pode vir em janeiro, não é, porque é como... Você disse, não é? Eu, por exemplo, em janeiro, eu... Eu não tenho disponível, que é um mês que a gente sempre faz viagem de pesquisa na universidade. Os que podem ou querem, não é? Para mim seria melhor fevereiro, a não ser que fosse lá no último dia de janeiro, mas o ideal seria fevereiro. Agora se a maioria puder vir em janeiro e não em fevereiro, porque isso depende também das conveniências e dos planejamentos de cada um, não é?

Reunião de Conselho - Porto Alegre

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Vamos fazer então uma pesquisa, depois por e-mail, os conselheiros se manifestam.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, porque esse ponto aqui é muito importante, nesse seminário.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É, isso é uma ideia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O ideal é que a gente tivesse o maior número possível, não é?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Isso, exatamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Só poderá vir em janeiro. Mas, por favor, vocês fazem uma pesquisinha entre os conselheiros. Essas nossas pesquisas têm dado certo, as pessoas têm contribuído assim, é interessante. Bom, então eu proponho que a gente decida, por exemplo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:43:04]: Presidente?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Só um minutinho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:43:06]: Tá.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Março, nós não marcamos nenhuma reunião, nem... Nem... Audiência pública? Eu consulto se... Mas se não for em janeiro, poderíamos passar para baixo. Vamos reformular um pouco isso aqui, vamos pensar de acordo com a disponibilidade. Eu só gostaria que a gente decidisse os temas das audiências públicas, tá?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:43:30]: Eu acho que a gente poderia fazer, nesses meses de férias, uma reunião.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É, exato.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:43:35]: De acordo com a maioria, não é?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:43:38]: E, depois, fazemos em... Em março, abril, maio e junho reuniões regulares.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:43:43]: Eu queria sugerir que a reunião fosse no final de fevereiro e não em janeiro, até porque.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Quando é o carnaval, conselheiro?

SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES: Sete de fevereiro começa. Seis dias na Bahia que

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Ele sabe essa...

SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES: É, então podia botar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:43:58]: Em Salvador, o carnaval começa no começo de dezembro.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Mas nós estamos perguntando o oficial, não é em Salvador, não.

SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES: Então, se pudesse ser em fevereiro, é melhor depois do carnaval, bem depois do carnaval, para...

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Então nós vamos reformular um pouco, fazer uma pesquisa junto com os conselheiros.

SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES: A gente faz março, abril e tudo.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Mas vamos decidir os temas das audiências públicas, por favor. Nós temos vários temas aqui embaixo, sugestões. O modelo institucional da EBC, relações públicas e federal, temática dos direitos humanos nas mídias.

SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES: Os programas religiosos, porque vai ter, na realidade, a finalização agora, e precisaria nesse primeiro começo do ano, em 2013...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Hum-hum.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: A audiência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:44:45]: [pronunciamento fora do microfone]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:44:47]: No meu entender, a questão de direitos humanos e jornalismo seria um tema prioritário aqui para a EBC, que, inclusive, é para o aprimoramento da EBC, seria importante esses dois temas.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Nós podemos fazer uma pesquisa também via e-mail, talvez assim as pessoas pudessem... Para a gente poder.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Oi?

SR. GUILHERME GONÇALVES STROZI: Selecionado um desses temas para essa audiência que está marcada para maio?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Não, um, não. Para o ano todo, quais são as prioritárias assim.

SRA. ANA MARIA GONÇALVES VELOSO: É, eu tenho uma questão, presidente.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Pois não.

SRA. ANA MARIA GONÇALVES VELOSO: Porque todos os anos nós analisamos o plano.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: O plano de trabalho.

SRA. ANA MARIA GONÇALVES VELOSO: O plano de trabalho da Empresa Brasil, não é verdade?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Sim.

SRA. ANA MARIA GONÇALVES VELOSO: E a gente, nesse sentido, é possível que, aí eu pergunto ao presidente e à presidenta do Conselho se nós iremos recebê-lo agora em dezembro ou se nós iremos recebê-lo em dezembro para analisar, para poder decidir, votar, analisar, aí a gente teria que ter uma reunião ordinária em janeiro, porque se não inviabilizaríamos as atividades da empresa. Então, eu estou preocupada também com isso, porque o nosso calendário, temos obviamente as nossas negociações, mas também atende às necessidades do funcionamento da empresa.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu consulto ao presidente Nelson.

SRA. ANA MARIA GONÇALVES VELOSO: É uma questão fundamental, não é?

SR. NELSON BREVE: Então, nós estamos fazendo todo o esforço para ter isso já para dezembro. Tivemos dificuldade por que... É... Era para termos fechado em outubro, mas a diferença entre os desejos e os recursos orçamentários era muito grande. Eu dei até o dia 15 para que se resolvesse isso. Avançou bastante, mas a gente acredita que talvez na semana que vem a gente vai ter. E a partir daí vamos elaborar. Eu acho que dá ainda para termos alguma coisa em dezembro. A reunião de dezembro é para quando?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Doze, não é?

Reunião de Conselho - Porto Alegre

SR. NELSON BREVE: Doze de dezembro. Acho que é, assim, vamos fazer o maior esforço. Acho que dá.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Acho que não dá.

SR. NELSON BREVE: Você acha que não dá?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Pela cara dele, acho que não [risos].

SRA. ANA MARIA GONÇALVES VELOSO: Presidente? Nelson?

SR. NELSON BREVE: Na verdade, assim, eu sei a preocupação do Eduardo. É porque nós estamos fazendo a questão da comemoração dos cinco anos, é uma série de eventos, tem um monte de coisa que a gente está realizando. Eu sei que é, assim, mas a gente pode tentar se esforçar, porque a gente já avançou muito em relação aos trabalhos feitos em anos anteriores, ou seja--

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Mas na verdade, quer dizer, além de ser no dia 12, nós precisaria receber isso anteriormente à reunião.

SR. NELSON BREVE: Com 15 dias, é, realmente aí teria dificuldade, eu teria dificuldade.

SRA. ANA MARIA GONÇALVES VELOSO: Nesse sentido, Presidente, a minha pergunta procede...

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Não teria condições.

SRA. ANA MARIA GONÇALVES VELOSO: E vai incorrer possivelmente na necessidade de uma reunião.

SR. NELSON BREVE: Não há necessidade de ter janeiro.

SRA. ANA MARIA GONÇALVES VELOSO: Ordinária nossa em janeiro.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Mesmo que mais desfalcada de presença.

SRA. ANA MARIA GONÇALVES VELOSO: Por quê? Porque vamos receber em dezembro o documento, as Câmaras Temáticas precisam sentar-se, como a gente fez na metodologia do plano passado, as Câmaras Temáticas, lembrem-se, lembram? As Câmaras Temáticas sentaram, discutiram os itens do plano, não é? Do plano de trabalho, nós elaboramos pareceres com as Câmaras Temáticas e trouxemos para a apresentação e votação e discussão do Conselho. Então, nesse procedimento que eu considero que foi altamente produtivo, a gente vai ter necessidade de se reunir as câmaras e fazer a reunião ordinária para aprovar o documento.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Está certo.

SRA. ANA MARIA GONÇALVES VELOSO: Do plano.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Bom, então nós vamos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:48:30]: Presidente?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:48:32]: Qual que é, assim, só que eu gostaria muito rapidamente aqui, qual o mecanismo? Nós vamos pegar o plano do ano passado, o que cumprimos, o que não cumprimos, por que não cumprimos, e o que vamos projetar para o ano que vem. Isso depende não só do fechamento do orçamento, mas, como, evidentemente, que um tempo para elaborar esse... Esse projeto.

SR. NELSON BREVE: É, mas isso.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Vai ser um plano bem feito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:48:58]: Mas ele vem sendo elaborado ao longo do ano.

SR. NELSON BREVE: Só para dizer que é o seguinte: essa parte, essa primeira parte do balanço, obrigatoriamente nós teremos que ter até o dia 9.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:49:06]: Isso, isso já.

SR. NELSON BREVE: Que é o dia que os diretores vão apresentar aos funcionários da empresa o balanço do ano. A primeira parte nós teremos até o dia 9 de dezembro, que nós vamos apresentar aos funcionários.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:49:15]: Mas isso vem sendo organizado já ao longo do ano. Para o ano que vem, pretendo que seja entregue em novembro. Essa foi a solicitação que me foi feita pelo Conselho e a gente vai desenhando isso para conseguir chegar lá.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu acho que a gente tinha que ser mais realista, sinceramente.

SR. NELSON BREVE: Não, não, claro, com certeza.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Para a gente receber 15 dias antes para poder. ...

SR. NELSON BREVE: Sim com certeza... Acho que vai ter que ter.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Pois não, conselheiro.

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: [pronunciamento fora do microfone]... Seria o ideal. Porém, acho que o Conselho podia se

Reunião de Conselho - Porto Alegre

preparar, se organizar, se agendar, para receber esse plano com menos tempo de antecedência e discuti-lo, porque eu acho que uma reunião realizada em dezembro teria muito melhores condições de ser plena do que uma reunião realizada em janeiro, não é?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Mas, conselheiro...

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: Quer dizer, então se a empresa pudesse nos dar com três ou quatro dias de antecedência em relação... Se a gente combina isso hoje, a gente se agenda para ter tempo, três ou quatro dias antes do... A gente se agenda, cada um de nós se agenda para reservar tempo para ler o material, porque eu concordo com a conselheira Ana, de que o ideal é a gente no dia que vai... Formos discutir o plano, a gente de manhã fazer reuniões das câmaras e, depois, fazer a reunião plenária, que aí a discussão tende a melhorar muito mais a qualidade.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Claro.

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: Mas eu insisto que se a gente combina hoje de receber o texto do plano até três, quatro dias de antecedência, a gente pode ter boas reuniões temáticas, porque o que eu temo é que na reunião de janeiro venham quatro, cinco conselheiros.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Conselheiros, vamos fazer uma tentativa nos melhores esforços, de ambas as partes, não é, da direção e do Conselho e aí a gente.

SR. NELSON BREVE: Vamos fazer essa tentativa, vamos fazer o seguinte: até a semana que vem, por quê? Porque como que está o nosso calendário? Esta semana, essa semana que nós vamos ter as reuniões de cada um dos diretores comigo, individuais, para a gente tentar enxugar cada diretoria dentro das demandas.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Hum-hum.

SR. NELSON BREVE: E aí para ver o quanto que sobra para arbitragem final, que a gente vai tentar fazer na reunião de diretoria na próxima semana ou numa extraordinária, porque talvez não seja possível fazer numa ordinária na próxima semana. Em a gente fechando na próxima semana, a gente sabe se a gente tem condições.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Isso, tá bom.

SR. NELSON BREVE: De entregar.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: E aí eu comunico.

SR. NELSON BREVE: Para o dia 12, que para nós seria ótimo. Se a gente conseguir fazer isso e fechar isso no dia 12, ótimo. Aí organiza, faz as reuniões das câmaras e tudo. Para nós, ótimo. Porque coincide, porque é o seguinte. Vai ter que estar pronto o balanço. Esse vai ter que estar

pronto, porque esse daí era para ter feito um semestral para a empresa, a gente não conseguiu fazer, porque muita coisa ao mesmo tempo, a gente deveria ter feito um balanço no meio do ano, que era o meu compromisso lá atrás com a empresa, com os diretores, eu tinha dito a eles: “você vão dizer os resultados que vocês obtiveram”, “pegar o plano de trabalho e dizer o que é que foi feito”, “o que é que não foi”, “por que é que não foi”, “por que é que deixou para lá”. Ter toda a justificativa. A gente não conseguiu fazer. Mas agora em dezembro está marcado já para os funcionários, dia 9. Até, segundo a data. E nós estamos preparando um outro documento também, que eu acho que é importante, que eu chamo de real por real, que é o seguinte: o quanto foi gasto na empresa nos últimos cinco anos e quais foram... O que foi feito com esses recursos, tanto do ponto de vista de pessoal, ponto de vista de custeio, nos investimentos, o que é que se adquiriu? Qual o resultado disso? Qual o resultado do investimento feito até agora na empresa nesses cerca de dois bilhões de reais que foram investidos na empresa ao longo desses cinco anos?

Então isso, assim, isso é inclusive o roteiro está sendo trabalhado, ele já foi e voltou umas duas vezes. Está sendo retrabalhado. A gente vai ter um audiovisual sobre esse trabalho mostrando o que é que está acontecendo. Isso, o compromisso que eu tenho com eles é que fique pronto até o final do mês isso, para que a gente apresente como um balanço para a sociedade, em qualquer Fórum que a gente vá, do que foi feito nesses cinco anos com os recursos que nós... Que nos foi confiado, não é?

Então, portanto, assim o nosso plano é... Nós teremos esse balanço e o objetivo é que já tenhamos o plano. Isso, para nós, é assim fundamental se a gente conseguir fazer isso este ano ainda.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: OK. Então a proposta é que a presidência e a Secretaria Executiva acompanhem junto com a direção da empresa, informe aos conselheiros sobre datas e prazos, etc.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:53:54]: Presidente?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [1:53:56]: Um minuto só. As coisas estão se avolumando no nosso trabalho, dia a dia, principalmente depois que a nova diretoria assumiu. Então eu quero concordar inteiramente com a Ana, que devemos tentar fazer o maior número, possíveis, de reuniões. Quem não puder vir, não vem. Como hoje, vários aqui faltaram em outras reuniões, sempre falta alguém. Vamos tentar

Reunião de Conselho - Porto Alegre

sempre, que é a maneira de poder acompanhar o andar da carruagem, porque, se não, um dos passageiros dessa carruagem vai acabar ficando para trás.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Muito bem, conselheiro. Concordo plenamente.

Passamos então imediatamente à conselheira... À conselheira, perdão, à ouvidora [risos] Regina Lima.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Não, eu vou fazer uma proposta, exato, com datas, novas datas dependendo dessa nossa discussão aqui. E consulta aos conselheiros, evidentemente, tá? Passo imediatamente a palavra à ouvidora Regina Lima, pedindo a sua... Eu sei que está represada, a senhora está com duas reuniões, mas os nossos convidados, nossos dois convidados estão ali loucos para se reunirem a nós, obrigada, Regina.

SRA. REGINA LIMA: Não, é rápido, juro por Deus. Rogério, tu vai me ajudar. Rogério pode ficar aí. Já está aí, é só... Só volta, acho que lá para a primeira. Ué, o que é que aconteceu? Ali, cadê? Aqui, é uma...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. REGINA LIMA: É, é só ir passando rápido. Pode ir para a outra lâmina. Olha só, gente. Só, a gente fez um quadro, exatamente por conta disso que a pauta da reunião era grande, eram os dados mais gerais do que a gente... É... Coletou do trabalho da Ouvidoria nesses três meses e, basicamente, porque a gente traz duas coisas que são novas no relatório. Uma foi uma pesquisa de satisfação e, a outra, foi o perfil do usuário, que a Ouvidoria fez e colocou dentro de um quadro, acho que vocês receberam o relatório e viram. Agora, é claro, isso são só números, mais rápido, por isso que eu disse para a Ana ficar tranquila que ia ser rápido, e se alguém tiver alguma questão em relação ao relatório, a pessoa se manifesta. Eu só vou apresentar esse quadro aí, que foi feito dos três meses de recebimento de demandas que a Ouvidoria recebeu, se vocês observarem, para quem não sabe ali, o SAU é o Serviço de Atendimento ao Usuário, que é tudo aquilo que a gente recebe pela Ouvidoria em relação aos conteúdos produzidos pelas emissoras da EBC. O SIC, que é o Sistema de Informação ao Cidadão, que é resultado da LAI, da Lei de Acesso à Informação. Então a gente coloca os dois, porque são as duas ações que estão a cargo da Ouvidoria. E é esse resultado que

a gente teve do total de manifestações durante esses três meses. Vai lá, meu ajudante.

Isso aí é, em relação a, (eu não sei se vocês acompanham ao longo do relatório da Ouvidoria), nós recebemos, via o serviço do SAU, muito pedido de informação, alguns, não são todos, mas alguns que não dizem respeito ao trabalho da EBC, mas como por elegância, delicadeza, a gente responde esse demandante, mas nós não computamos isso como processo da Ouvidoria.

Nós estamos, inclusive, mudando esse aspecto, porque se vocês observarem ali, do total recebido pela Ouvidoria, 962 processos que geraram, perdão, demandas que geraram processo, e 1.029 que não geraram processo. Mas nem tudo é relativo a questões que não dizem respeito à EBC. Nós já estamos fazendo esse acerto na ferramenta da Ouvidoria, que é o Nambi, porque eu questionei, inclusive, isso com o pessoal que recebe as demandas. Vai, Rogério.

Isso aí são as manifestações por veículos, como vocês podem observar a TV Brasil, Agência Brasil, a rádio, e o portal, que se vocês observarem, também pelos relatórios, vem crescendo muito o número de manifestações. Eu acho que a gente, a Ouvidoria, vai ter que pensar, já está pensando sobre isso, que é um novo veículo do qual nós não temos alguém exclusivo dentro da Ouvidoria trabalhando isso. Então a partir de agora a gente vai ter que começar a pensar, porque vem crescendo realmente o número de manifestações. Vai, Rogério.

Bom, tipo de manifestações, que são reclamações, elogios, sugestões, comentário, pedido de informação. E um dado novo, que a gente colocou que são algumas informações improcedentes. Por quê? Tinha demanda que vem de fora e que não procede em relação à reclamação que é feita. Então hoje a gente tem respondido para, a própria Ouvidoria responde para esse demandante, mas classifica, dentro da ferramenta, como improcedente. Então isso é um dado que a gente não tinha nos relatórios anteriores.

Bom, aí é por meio de acesso, que a gente viu no mês de agosto, setembro e outubro, por telefone, *web* e presencial. Como vocês podem observar, hoje, eu diria que majoritariamente o recebimento da Ouvidoria é via *web*, por conta disso, nós estamos, viu, presidente, fazendo... a partir de janeiro, a gente está terminando com aquele e-mail *ouvidoria@ebc*, isso tudo vai ter que entrar pela página, pelo portal. Nós já começamos a informar que ele vai deixar de existir e que toda e qualquer pedido de informação, tem que vir via o portal da EBC. Nós já começamos a fazer esse trabalho. Por que é que nós estamos fazendo isso? Porque como não tinha cadastro via o e-mail, chegavam o pedido ou reclamações, aonde o e-mail que a pessoa encaminhava depois a gente não conseguia retornar, porque ele voltava, ou seja, é muito frágil a ferramenta do e-mail. Então a gente está, a partir de janeiro, está

terminando com isso, acabando de receber demandas por esse e-mail, e vai entrar tudo pelo portal da EBC.

Bom, aí... Ué, voltamos? Tem alguma...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. REGINA LIMA: O percentual.

SR. NELSON BREVE: O SIC, não é só o SIC?

SRA. REGINA LIMA: Não, não.

SR. NELSON BREVE: Que o número lá era muito pequeno, o número de...

SRA. REGINA LIMA: Volta lá. Não, aí é o recebimento, olha aí, fonte Nambi. Esse que é pela Ouvidoria são os dois, está vendo? Ali, presencial e.

SR. NELSON BREVE: Mas não está muito pouco?

SRA. REGINA LIMA: É, tem razão. Está... Eu vou dar uma olhada depois nisso. Vai, Rogério.

Bom, aí é o percentual. Pode ir no outro.

Área por competência é do SIC. Tem razão, Nelson, é do SIC, é do SIC, é. Aí são as demandas, os pedidos de informação por área. O número que chega, se vocês observarem, a DIA(F) é a que tem sido mais demandada com pedido de informação e por aí vai, até lá... Que só tem. E que são as que menos têm. Pode passar.

Bom, isso daí foi que eu falei que são dois dados novos que a gente incluiu no relatório da Ouvidoria, que é um atendimento de... Na verdade, é uma pesquisa de satisfação, saber como é que as pessoas estão recebendo o atendimento que a Ouvidoria faz. É claro que ainda é frágil pelo número de resposta que a gente tem na medida em que a gente manda. A gente está, inclusive agora, eu mandei levantar, fazer um cadastro assim, levantar mesmo o número de pessoas já que acessaram a Ouvidoria, que resultou inclusive no perfil do usuário que já está nesse... Nesse relatório, que é para que a gente possa fazer uma pesquisa com um caráter muito mais qualitativo do que esse que a gente fez. Essa, na verdade, foi uma espécie de amostra para a gente sentir como é que estava o nível de atendimento. A gente ainda tem, tem questionamento em relação a atendimento, que a gente também precisa para qualificar o trabalho da Ouvidoria.

O tempo de... O tempo que a gente leva para responder as demandas é claro que o tempo que a gente leva para responder a demanda não depende só da Ouvidoria, porque as demandas chegam, elas são encaminhadas para os setores e tem alguns setores que levam, aliás, passam do prazo que está previsto na norma da Ouvidoria, que é de

resposta. A gente tem procurado formas e maneiras de diminuir ou pelo menos atender esse prazo, que a gente tem de acordo com a norma, para atendimento. A gente ainda tem algumas dificuldades em algumas áreas muito específicas.

Demanda atendida, ali vocês podem observar, sim, parcialmente e não. A gente tem ainda um percentual que eu considero relativamente grande em relação a atendimento. Pode ir, Rogério. Obrigada.

E esse perfil do usuário que foi um dado que a gente incluiu agora, a partir desse levantamento desse banco, porque a gente recebe, então para vocês terem uma ideia, tem pessoas que demandam a Ouvidoria pelo levantamento quase, assim, 50 vezes, a mesma pessoa. Pelo levantamento, que antes, assim, vai entrando, vai respondendo, a gente não tinha um dado concreto. E a partir do momento que a gente fez esse levantamento, e começou a tabular, foi que a gente percebeu que tinham pessoas, e aí a gente, que esse é um demandante que a gente tem, que é aquele que fica atento a tudo, por exemplo, da rádio tem uma pessoa que eu acho que ela fica direto assistindo, ouvindo as emissoras da EBC. Ele manda, ele demanda frequentemente a Ouvidoria. É um dado interessante, mas eu não tinha, né? Quantas vezes, uma mesma pessoa, ela demandou a Ouvidoria. E esse levantamento, além de proporcionar um perfil pelas pessoas que estão demandando e que a gente conseguiu computar, a gente conseguiu chegar a essa tabulação aí, que vocês podem ver, que o número é de 31 até 40 anos, são as pessoas que estão mais demandando, quer dizer, estão assistindo, estão ouvindo, estão lendo, né? Os conteúdos produzidos pela EBC, a gente conseguiu, que eu acho que esse é um trabalho interessante, para a gente pelo menos, para a Ouvidoria, é muito interessante a gente saber.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. REGINA LIMA: É, e porque isso também, claro, é uma amostra pequena, mas isso, mas não é tão pequena assim, mas ela tem possibilidade de você até pensar quando for trabalhar os conteúdos, trabalhar a grade de programação, definição de programas. Eu acho que é bem interessante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. REGINA LIMA: Muito pouco, muito pouco. Inclusive, a senhora está prevista para ir no programa da Ouvidoria, viu, em dezembro, para fazer um trabalho de...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. REGINA LIMA: É, não, hoje à noite, não. Vamos deixar para amanhã, tá? Então isso aí, eu acho que esse é um dado interessante, eu

acredito que para o trabalho que o Eduardo junto com o Valter estão fazendo, eu acho que é uma informação. É claro que é daquilo que entra via Ouvidoria. Isso possivelmente vai crescer, quando a gente unificar as portas de entradas, que estão vindo as demandas. Eu acredito que a gente vai ter um quadro até mais real dessas pessoas que estão nos demandando. Claro que não são todos que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. REGINA LIMA: Não, não, não, não. Hoje você tem o 'Fale Conosco' na página da Ouvidoria, tudo que entra por lá bate na Ouvidoria. E a ideia é que a gente acabe com aquele e-mail mesmo, que eu acho que ele é muito vulnerável. Como a pessoa não precisa preencher cadastro, ela pode dizer tudo, fazer tudo e não tem cadastro. E o e-mail não bate. Quando a gente vai responder, o e-mail volta. Então a ideia é que tudo entre pela página do portal. Na verdade, nós estávamos esperando o portal, né? Que ele estava na versão Beta, que ele, a partir do lançamento dele, a gente começar efetivamente a fazer via o portal. Isso em se tratando de *web*, tá? Por telefone é uma outra história que a gente vai ter que ver depois, que é o 0800, como que a gente vai trabalhar isso. Não é, Rogério?

Bom, aí é um percentual, para que vocês tenham uma noção do percentual de pessoas por idade, que estão demandando a Ouvidoria. Vai, Rogério.

Aí a gente fez um levantamento, quantidade, o percentual de homens e mulheres que tem acessado. Vocês vêem que quase é equilibrado, mas ainda assim o maior número de... A maioria é homem mesmo que está procurando, mas, enfim, eu acho que é um dado bem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. REGINA LIMA: É, é.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. REGINA LIMA: É, mas pode ser que os homens reclamem mais. Pode ser isso também [risos].

Aí é um dado também que eu achei bem interessante, que a gente conseguiu levantar, que foi por região, né? Isso pode, isso pode, não. Isso reflete aonde é que a gente está sendo mais assistido, que é o número de pessoas reclamando. Se vocês virem aí que é o Sudeste, que é 58,4%, você vai observar lá a região Norte, 3,6%, entendeu? Claro que isso tem uma série de outras... Outros elementos que definem isso, mas de qualquer maneira, por aquilo que deu entrada pela Ouvidoria. Vai, Rogério. É só?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Ceará...

SRA. REGINA LIMA: Nordeste, Nordeste. Norte é Pará, Amazonas.

Bom, gente, esses são os dados e aí, claro, fico à disposição. Se alguém tiver alguma coisa para colocar... Deu certo o tempo, presidente?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:09:19]: Muito rapidamente, Sra. Presidente, como a apresentação da Regina foi, eu diria, só o extrato, eu também vou fazer o meu substrato, se a senhora me permitir.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Depende da sua.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:09:34]: Daquilo que eu li, muito rapidamente em alguns pontos. Eu já vou chamar a atenção de alguns pontos que estão aqui para que os conselheiros, quando fizerem a leitura detalhada, já tenham pelo menos uma ideia de algumas indicações que aquilo nos trouxe.

Nós notamos esse mês, esses três meses que estão aqui refletidos, algumas reclamações e alguns elogios com relação à mudança de programação que nós executamos em setembro. Eu considero absolutamente normal que isso aconteça, não é? Há pessoas que ficaram muitíssimo felizes pelas mudanças, principalmente dos horários da programação, e outras que não ficam tão satisfeitas e isso era absolutamente esperado.

Eu destaco um, um assunto aqui, que é o programa grande música. Eu totalizei ali dez reclamações que o programa saiu da grade. Eu faço a especificação aqui que o programa não saiu da grade, ele está fora do ar, ele foi para um horário de madrugada para ser reformulado. E isso nos traz uma outra preocupação sobre: como é que a gente comunica isso para o telespectador?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:10:37]: Porque chegam algumas outras informações para nós, algumas reclamações são assim: o programa saiu da grade e vocês nem avisaram. E eu fico cá pensando como é que eu vou avisar que o programa vai sair ou saiu da grade. Entra uma vinheta no final falando: espero que você tenha aproveitado, porque esse programa não voltará a ser exibido. Não será assim. Então isso é uma ciência. Como é que a gente vai fazer para ao mesmo tempo informar aquilo que está acontecendo sem, primeiro, chamar a atenção para algo que não é necessário. Por exemplo, terminou uma série. Os nossos programas, principalmente os programas... É... Da teledramaturgia, eles são seriados. Eles têm começo, meio e fim. Terminou a série, muitas vezes a gente estava recomeçando a série, ou seja, passando repetidamente. Nós esperamos, conforme, inclusive, foi objeto de conversa nossa aqui no Conselho, a gente deixou para terminar uma série de séries ao mesmo tempo, que era o final do mês de setembro, para começar uma nova programação. Essas séries, evidentemente que elas têm número limitado de episódios. Elas saem do

Reunião de Conselho - Porto Alegre

ar, elas ficam fora do ar por algum tempo, descansam um pouquinho e, naturalmente, daqui um tempo, vão voltar. Com alguns dos nossos programas vai acontecer a mesma coisa e eu.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Mas tem que achar uma maneira realmente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:11:50]: Então, como é que você avisa que vai... Mudar o horário é fácil?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Olha nas séries...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:11:57]: Mudar o horário é simples.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO:... Na Warner, na Sony, que você vai fazer como que eles fazem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:11:59]: Então, não, eu sei como é que eles fazem.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Pois é, você fica sempre informado do que está acontecendo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:12:06]: Mas não com o que sai, e, sim, com o que entra. O que muda de horário, sim. Não é mais em tal horário, passa a ser em tal horário. O que vai começar isso sim.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: O que terminou, também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:12:17]: Não, depende.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Não, uma sugestão só.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:12:21]: Não, depende. House eu vi 500 vezes quando foi o final da série e quando que iam começar de novo, mas alguns programas não solicitam esse tipo de coisa. Alguns programas, a gente retira da grade realmente porque a gente percebe que elas não estão suscitando comentários ou a gente comprou um determinado conteúdo e depois ele não atende.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É, está certo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:12:40]: Aquele objetivo, que depois você viu que a série.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Até achar um tom.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:12:43]: É uma coisa delicada e é uma coisa que está nos preocupando. Já adianto que no mês que vem vão aparecer algumas reclamações, sugestões e perguntas sobre o programa Ver TV. O programa Ver TV, ele sairá da grade

Reunião de Conselho - Porto Alegre

momentaneamente por uma questão de contrato e também de reformulação. Nós vamos colocar uma série no lugar. Vão ficar cinco semanas. Então serão cinco semanas. E nós estamos pensando aqui...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:13:06]: Mas não é mais fácil você avisar que.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:13:07]: Exato, vamos, nós vamos avisar.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É... Exatamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:13:10]: O Ver TV, por ser um programa de grade, nós vamos avisar. Nós estamos pensando lá, se duas ou três, das cinco semanas, dizer antes. Botar o cara do lado lá dizendo: "Olá, esse programa vai voltar assim que for reformulado". Esse é mais simples. Série, programa seriado é mais complicado.

Eu também tenho um chute bem abalizado porque esse mês, homens se manifestaram em maior número. Houve uma quantidade expressiva, principalmente nas últimas semanas, de comunicações sobre a Série C, porque nós, ao contrário do que foi dito, nós não anunciamos que iríamos fazer a Série C. Nós nos preparamos para isso, né? Porque nós avisamos ao Conselho Curador. Nós tomamos medidas junto, por exemplo, à CBF. Nós tomamos medidas junto ao vendedor dos direitos. E, também, internamente em termos de preparação da programação, porque nós esperávamos que a negociação, que se arrasta desde maio, estivesse solucionada. Nós sempre estivemos negociando e ainda estamos finalizando a compra dos direitos para o ano 13, mas nós tínhamos a pretensão de receber a autorização para transmitir as finais do ano 12. Nós, por problemas do detentor dos direitos, eu não diria nem... É... Negociais, o negócio está fechado, mas ele tem dificuldade de nos entregar documento, como acontece com uma série de outras empresas ou fornecedores de conteúdo para nós, nós não pudemos ainda assinar o contrato. Logo, nós não temos os direitos nesse instante e, então...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:14:44]: Nós perdemos o brinde.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:14:45]: Nós perdemos o brinde e vamos ter que ganhar outro brinde em outras circunstâncias, exatamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:14:51]: Reduzimos o gasto, consequentemente, e ainda estamos... Não é negociando, nós estamos aguardando a chegada dos documentos para o anúncio formal, a assinatura do contrato, coisa que eu espero que aconteça ainda nos próximos dias, porque eu pretendo colocar no plano de trabalho para o ano que vem, é uma informação absolutamente confiável.

Reunião de Conselho - Porto Alegre

Essas eram... Ah, e também uma última ponderação, muito rapidamente, que eu solicitei do Antonio, ele colocou aqui uma preocupação que tinha aparecido na última reunião, quais os preparativos da EBC como um todo, não é, para a semana da consciência negra. Há dentro da pasta de todos nós aqui, programa por programa, não jornalísticos, o jornalismo vai fazer a cobertura factual, Nereide, mas aqui estão apenas os programas, caminhos da reportagem do jornalismo, ou seja, além do que está... De tudo que está aqui, não é.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:15:45]: Não, além de tudo que está aqui, a cobertura factual do que acontece na semana também vai acontecer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:15:56]: O conselheiro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:15:57]: Tudo que chegar no factual, se soma ao que está preparado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:16:01]: Fazer um especial sobre Angola.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu só solicito aos conselheiros, nós estamos atrasados no nosso horário.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:16:08]: Era só lembrar, é coisa rápida, que na outra... Na outra vez, o conselheiro João Jorge tinha sugerido fazer um programa especial, caminhos da reportagem, sobre Angola, em função da... São trinta sete anos da independência, é um país muito importante para nós, brasileiros, não é? E, enfim, vai ser feito ou não vai ser feito?

SR. JOÃO JORGE DOS SANTOS RODRIGUES: Na realidade, nós falamos na última reunião da programação de novembro, que tem o dia oito, o da Revolta dos Búzios, que a TVE tem um bom programa já feito, os 37 anos de independência de Angola, que foi ontem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:16:48]: Hein?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JOÃO JORGE DOS SANTOS RODRIGUES: Onze de novembro, e fazer também o 20 de novembro, que é o Quilombo dos Palmares do Zumbi, e o 22, sobre a Revolta das Chibatas. Por ironia, a Globo está apresentando hoje uma parte da Revolta das Chibatas numa novela, que é

extraordinário, não é? Então, a gente tinha sugerido que em novembro essas datas fossem pontuadas pelo sistema de rádio e televisão e, ao mesmo tempo, com especiais, né? No caso de Angola, é importante frisar, que a maior parte dos africanos que vieram para o Brasil vieram de Angola. Nós usamos 23% da nossa língua, falares, de Angola. Então, e o país com uma relação hoje com o Brasil economicamente fundamental, não é? Com alto índice de desenvolvimento. E essas outras datas, eu acabei de receber aqui uma programação sobre a semana da consciência negra, eu queria depois falar com o Rogério e com a Nereide para incluir algumas coisas. E colocar novos atores em cena para falar, para estar. Até mesmo o programa Sem Censura, que pode ser otimizado nesse período agora, não é? E, também, com a questão de música, de ritmos, que é muito concentrado às vezes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:18:00]: Mas fala com o Eduardo também, que você fala com os dois, mas a... Está com ele aqui.

SR. JOÃO JORGE DOS SANTOS RODRIGUES: Claro. E até mesmo a coisa de conciliação muito da área de música e tudo, estrada só no Rio de Janeiro. Tem que se lembrar do Maranhão, tem que se lembrar da Bahia, de Minas. É um sistema nacional, entendeu? Então a gente pode fazer uma coisa melhor.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Conselheiros, muito obrigada. Eu convido a todos para tomar um rápido cafezinho, dez minutos, e depois os nossos convidados, por favor. Rapidíssimo o intervalo. Ah, o senhor quer falar? Pode ser depois? Pode, pode. Vamos recomeçar em dez minutos, tá, para a gente poder...

[Reunião Suspensa]

[Reunião reaberta]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu gostaria de retomar os nossos trabalhos. Por favor. Conselheiro Derengovski. Chamar à mesa os nossos convidados e agradecer. Gostaria também de convidar o Dr. Pedro Osório, presidente da TVE, para se juntar à mesa; professora da Faculdade de Comunicação da Urgs, Maria Helena Weber, por favor; O Giba Assis Brasil, representante da Casa Cinema de Porto Alegre; e o Dr. Luiz Henrique dos Anjos, representante da EBC em Porto Alegre. Os três convidados sentem-se aqui, por favor.

Antes de dar a palavra para os nossos convidados, gostaria de agradecer a presença. Pedir desculpa pelo atraso, mas uma vez por mês a gente se encontra, então é longo, não é? Não é, Luiz Henrique, é importante. Essa é a primeira vez que a gente faz esse formato de audiência. De audiência, não. De reunião do Conselho. A primeira parte é administrativa, de informes, e, a segunda, já de debates sobre conteúdo.

Vamos preparar, isso é um debate preparatório para a audiência de amanhã, e eu gostaria que o Dr. Luiz Henrique, como... Não, não, não,

que o senhor coordenasse os trabalhos. É nesse sentido [risos]. Evidentemente que a Maria Helena Weber vai falar, não é, tem a prioridade, mas eu gostaria que você coordenasse os trabalhos. Passo a palavra e a coordenação para você.

SR. LUIZ HENRIQUE DOS ANJOS: Bom, boa tarde aos conselheiros e aos colegas diretores da Empresa Brasil de Comunicação, aos demais funcionários e assessores aqui da nossa instituição, os nossos representantes e funcionários da nossa parceira, não é, a fundação Piratini, aqui representada pelo nosso presidente Pedro Osório. Então nós, nessa segunda parte da reunião do Conselho, vamos ajudar aqui no início de reflexão sobre esse tema da... Da audiência pública sobre autonomia, diversidade e regionalização de um sistema público de comunicação. Parece-me que é esse o título da nossa audiência pública, não é? Então, de imediato, eu passo a palavra para a Dra. Maria Helena.

SR. MARIA HELENA WEBER: Boa tarde. Obrigada pelo convite. Quero cumprimentar especialmente o Ricardo Lima, amigo antigo, a Regina Lima, minha colega de doutorado também, e, assim, eu estou um pouco constrangida, vou ver o que é que eu posso ajudar, né? Eu não sou... Não faço a prática da comunicação, mas eu sou uma pesquisadora já há alguns anos, sou pesquisadora do CNPq e trabalho com área de comunicação e política e comunicação pública. Eu tenho pesquisado e editado. Então, vou tentar compartilhar com vocês algumas questões e que, talvez, ajude no debate. Depois eu fico à disposição, nessa função, que é com certeza bastante importante.

Primeiro, a ideia que eu tenho trabalhado toda questão da comunicação pública, que é algo inerente, digamos, a um sistema, a um processo democrático, e que essa comunicação pública, ela nem sempre, digamos, ela é executada no plano de uma comunicação governamental. Então significa dizer que elas não são sinônimas, não são digamos, naturalmente equivalentes. E isso é importante porque implicaria - e uma parte da pesquisa toca está vendo isso - isso implicaria na autonomia, digamos, dos governos, ou autonomia no plano democrático de criar os seus próprios sistemas de comunicação. E aqui é uma primeira discussão, que eu estou compartilhando com vocês, é um debate, na verdade, sobre todas essas questões, não é? Então a hipótese que eu tenho trabalhado é que a qualidade e a autonomia de sistemas de comunicação do governo, principalmente governo Lula/governo Dilma, eles permitiram, digamos, que o governo fizesse uma interlocução: eles permitiram que o governo sustentasse, debatesse versões, não é? E isso é importante. É um pouco por aí também que se pode explicar, é uma outra discussão, a própria eleição. As eleições que nós temos seguido, a reeleição do presidente Lula, a presidenta Dilma e, agora, o presidente (sic) Haddad, não é?

Essa é uma hipótese que eu já trabalhava em relação aos sistemas de comunicação na prefeitura municipal durante quatro mandatos em Porto Alegre, ou seja, quando a comunicação, ela faz parte do modo de

governar. E o Pedro Osório desenvolveu uma tese a esse respeito também, e a gente produziu bastante coisa em relação a isso, não é? Então, esse é um primeiro ponto que eu acho importante, ou seja, essa comunicação pública que necessariamente implica na participação social, na participação do cidadão num processo de interatividade, que tem a ver com a capacidade de um governo, de um sistema, de incluir e de criar o que seria uma rede de comunicação pública, que é uma rede que atua em torno de temas de interesse público. Isso também faz parte dessa pesquisa que eu desenvolvo. Então esses temas de interesse público, como saúde, como saúde sim, a dengue sim, mas o aborto não, tem vários limites digamos para que os temas sejam encadeados nessas redes, eles também vão atrair não só a participação da sociedade organizada, como eles vão atrair também a participação do mercado, de empresas, não é? Então proteger a educação, valorizar a educação, faz parte, digamos, o modo com que as empresas, as organizações privadas também entram no debate nessas redes de interesse público. É uma discussão também bastante longa.

Então um dos aspectos que eu acho importante, quando se fala na EBC, e já existem algumas teses sendo trabalhadas em relação a isso, é que... E todas as redes de comunicação seria a autonomia e o privilégio, esses lócus, esse espaço privilegiado de poder discutir temas que não interessam ou interessam apenas mercadologicamente às redes de comunicação midiáticas, às redes de comunicação de massa. Por outro lado, esses governos ou esses políticos também não podem prescindir dessas redes de comunicação de massa, de comunicação midiática, não é? Que é aonde a gente trabalha então com a ideia do paradoxo da visibilidade, não é? A comunicação, os governos têm condições hoje de criar seus próprios meios, suas próprias mídias, seus próprios sistemas, espaços de comunicação, mas não podem prescindir desse outro espaço, que também os promove, digamos, de maneira autônoma. Então há uma questão, quer dizer, quem tem mais autonomia, quem tem maior possibilidade de disputar essa visibilidade, disputar a imagem pública, disputar a comunicação pública.

Então, um outro, aspecto talvez o último assim para a gente poder discutir, é que o sistema de comunicação, enquanto ele atua apenas como um espaço, digamos, de veiculação de serviços, de notícias, vamos imaginar que simbolicamente os sites, por exemplo, dos ministérios, com milhares de páginas, quando ele atua como tal, ele não compete, ele não ativa, digamos, nenhum tipo de problema em relação à comunicação midiática, à comunicação de massa, de modo que ela está organizada. Quando algumas mídias passam a ter importância, valor imparcial otimizar, como é o caso da EBC, canal de televisão, há sim então a criação de um espaço de confrontos, de um espaço em que a questão do público, do privado, vem à tona, não é? Então parece, o que eu acho que todo esse processo em torno da diversidade de programação, de o quê que é nacional, a própria regionalização, tudo isso, digamos, que vem sendo

perseguidos pelos projetos de comunicação pública, eles teriam também que pensar como entrar, como competir com essa mídia de massa, com essa comunicação midiática, não é? E a competição talvez não seja em termos de conteúdos, porque me parece que são perspectivas bastante diferentes, mas ousaria dizer que talvez tenha que se pensar estrategicamente num modo de promover essas emissoras, esses sistemas, onde se possa quebrar de alguma maneira, romper, criar alguma coisa contraditória que quebre esse processo de fidelização e do hábito a determinadas estéticas, determinados conteúdos. É como se a gente pensasse num processo de marketing da emissora, dos canais, da programação. Isso tem que ser, sobre isso tem que ser feito propaganda e não necessariamente fazer uma equivalência interna, não é? Então a minha colaboração seria no sentido de que a importância, digamos, de um sistema público de comunicação no sentido de oferecer ao cidadão, à sociedade, uma outra perspectiva, um outro modo, digamos, de ver, de apreender a realidade, e oferecer novos conteúdos. É como se nós tivéssemos, o Pedro odeia essa palavra, mas, enfim, tem uma perspectiva também que pode ser de cunho pedagógico, no sentido de que há algo, digamos, melhor do que pedagógico, educativo, no sentido de que nós podemos, já que aprendemos tanto com o cinema, com conteúdos, com a arte, parece que a televisão também, ela tem esse papel de alguma maneira. Como fazer isso? Sem romper com o padrão estético, sem romper com o hábito que não necessariamente tem qualidade, mas é o que está aí.

E, por último, eu acho que o uso desse espaço privilegiado, dessa autonomia possível, e isso eu defendo nos meus textos, defendo na própria pesquisa, a possibilidade que essa autonomia de comunicação, que ela permitiu a esses governos democráticos e permitiu que as versões pudessem ser confrontadas. Então, eu posso não ter nenhuma linha sobre cotas ou sobre o Bolsa-Família, mas eu tenho um sistema de comunicação que funciona diretamente. E essas pessoas que estão vivenciando, que estão experimentando cotas e Bolsa-Família, elas estabelecem uma outra comunicação; elas não estão sendo... Elas não são audiência, digamos, desses que eu chamei de comunicação midiática. Enfim, não trouxe nenhuma solução, só levantei questões que são também as questões dessas pesquisas que nós temos feito, não é? Oportunamente a gente pode marcar, falar melhor, me organizar melhor; não sabíamos exatamente como seria, mas acho que esse sistema de comunicação pública, as emissoras públicas, elas são absolutamente essenciais para se estabelecer essa comunicação com a sociedade, com a esfera pública. Isso que é comunicação pública, embora a Constituição diga que também as outras emissoras de TV o sejam. E aí elas estão exatamente na crise da comunicação pública, que significaria perguntar: como essas mídias de massa, com o poder que têm, estão cumprindo a sua tarefa, digamos, que tem a ver necessariamente com o interesse público, não é? Ou somando

interesse público ao interesse mercadológico e outros aspectos desse tipo. Obrigada, me disponho às perguntas depois [palmas].

SR. LUIZ HENRIQUE DOS ANJOS: Bem, também acho que podemos aproveitar e fazer essa primeira rodada e, na medida da necessidade, depois os conselheiros já...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:50:13]: Não, [ininteligível].

SR. LUIZ HENRIQUE DOS ANJOS: Sim. Passo a palavra, então, para o Giba Assis Brasil, cineasta, e as outras qualidades ele mesmo vai dizer aí, para não ficar parecendo que eu sou tendencioso [risos]. É da coirmã [risos].

SR. GIBA ASSIS BRASIL: Bom, boa tarde. Obrigado pelo convite, Ana Heloísa, conselheiros. Bom, eu sou cineasta, mas especificamente sou montador de cinema e de televisão. Eu sou professor de linguagem e de montagem de cinema e audiovisual lá no curso de realização audiovisual da Unicinus. Tenho uma produtora, como a Ana já lembrou aqui, chamada Casa de Cinema de Porto Alegre, uma produtora independente que recém completou 25 anos, portanto, já passou por vários estágios, alguns estágios na história da produção audiovisual aqui no Brasil. Sou, atualmente, vice-presidente da APTC, que é a Associação de Cineastas do Rio Grande do Sul. A minha produtora faz parte da ABPITV, que é a Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão. Então, isso para explicar o meu... além de ser Colorado, claro, mas enfim, eu estou para explicar o meu lugar de fala aqui, não é? Então, eu falo como produtor independente e como formador, não é, como professor, formador de novos produtores independentes de audiovisual. Porque tem uma coisa que aconteceu nos últimos anos nos cursos de cinema e televisão no Brasil, que costumavam criar cineastas, artistas, pessoas que saíam do curso com ótimas ideias, excelentes ideias na cabeça, prontas para esperar, para receber um telefonema de uma grande produtora que fosse chamar para eles fazerem a sua obra-prima. E, claro, gerou alguns grandes cineastas, mas muita... uma geração de muitos cineastas frustrados que não conseguiram realizar todo o seu potencial. E, ao mesmo tempo, os cursos de televisão, gerando funcionários para as emissoras de televisão.

Eu acho que cada vez mais os cursos de audiovisual no Brasil estão formando produtores independentes de audiovisual. Pessoas que saem preparadas para produzir audiovisual, para cinema, para televisão, para publicidade, para a internet, para o que for. É claro que cada um tem o seu interesse, cada um tem os seus gostos, que as pessoas não vão deixar de ter a sua... a sua sensibilidade artística e de criar os seus produtos pessoais, e de fazer desses produtos uma realização pessoal, uma realização artística, pessoal, mas pessoas que estão preparadas para trabalhar em parceria, para trabalhar sob encomenda. A gente diz que artista de verdade não trabalha por encomenda, não é? Só quem trabalha por encomenda são os artistas picaretas, tipo Michelangelo, Shakespeare,

Bach. Historicamente artista trabalha por encomenda, não é? A ideia do artista dissociado da parceria, dissociado do processo de produção é uma ideia do Século XIX, do romantismo, que eu acho, não é, que a gente tem que colocar no seu devido lugar. A gente ajuda a criar, então, produtores independentes que estão cada vez mais tentando se relacionar com o mercado e tentando deixar uma marca pessoal, claro, dentro desse mercado, das possibilidades de produção que existem.

É claro que eu estou falando especificamente, me dirigindo aqui à Empresa Brasil de Comunicação, mas muito especificamente à TV Brasil, não é? A TV Brasil, porque, enfim, porque é o meu espaço de trabalho, tanto como produtor como professor. O próprio relatório que a Regina demonstrou há pouco, não é, mostrou que a grande parte das... das manifestações para a Ouvidoria são exatamente em relação à televisão: 52%, não é?

[pronunciamento fora do microfone]

SR. GIBA ASSIS BRASIL: É, enfim, eu também sou ouvinte, sou ouvinte do programa de rádio, não só... eu estava falando para o Garcez, há pouco, que eu sou ouvinte, claro, bastante assíduo da Hora do Brasil, mas também do programa Repórter Brasil, que é transmitido aqui pela FM Cultura de manhã, eu assisto quase todas as manhãs o programa. Então, eu tenho uma relação como ouvinte, com os produtos que essa empresa está produzindo. Mas, especificamente, eu estou me dirigindo, então, aqui em relação à televisão.

O art. 221 da Constituição brasileira, ao fixar os princípios da programação de rádio e televisão, fala em preferência para a programação cultural e artística, fala em promoção da cultura nacional, fala em regionalização da produção e fala em produção independente. Estímulo à produção independente, não é? Sem querer desmerecer os outros princípios, eu gostaria de chamar a atenção especificamente para o princípio do apoio à produção independente. Eu fui, inclusive, do Conselho Superior de Cinema, que tem uma formação um pouco parecida com esse Conselho aqui, que na época, inclusive, era vinculado diretamente à Casa Civil, na época em que a atual presidenta Dilma, era a chefe da Casa Civil, ela presidia as reuniões do Conselho Superior de Cinema. E passou por nós, na época em que eu estava no Conselho, passou por nós, enfim, o projeto da Ancinav, que terminou sendo sepultado, mas passou também o projeto do que hoje se tornou a lei 12.485, a Lei do Serviço de Acesso Condicionado, que, enfim, não tinha esse nome na época, enfim, era um projeto que tramitou durante mais de dez anos nas casas legislativas brasileiras, e quando chegou ao nosso Conselho, a gente pode discutir bastante a questão do que era essencial naquele projeto, porque ele foi negociado, trocou de cara muitas vezes, e a gente pode negociar o que era essencial, e eu sempre defendi e defendia uma posição, é uma posição pessoal minha, mas é uma posição muito claramente estabelecida na produção independente aqui no Rio Grande do Sul, que o que é essencial

daquele projeto e que está mantido ali naquele projeto é o estímulo à produção independente. Eu sei que em alguns estados do nordeste, principalmente a questão da regionalização se torna uma bandeira muito forte e eu briguei muito, briguei no bom sentido, com colegas de outros estados, no sentido de colocar na frente, na frente da nossa pauta a questão da produção independente, acima da questão da regionalização, porque, enfim, é um entendimento de que não adianta fazer com que as cabeças, com que as cabeças de rede das emissoras de TV comerciais no Brasil possam passar para as suas repetidoras a possibilidade de produzir um pequeno, uma pequena parcela de produção regionalizada em cada estado, isso não vai fazer a grande transformação que a gente espera que aconteça na televisão brasileira; o que vai fazer a grande transformação que a gente espera na televisão brasileira é a produção independente, é a parceria das emissoras de TV do país inteiro com o produtor independente. A separação entre grade de programação e produção propriamente dita, não é? É uma coisa, uma ideia que, na verdade, está no princípio de existência das emissoras de TV dos Estados Unidos e de toda a Europa, por exemplo, e que no Brasil nunca chegou. Não faz parte da nossa cultura. A televisão no Brasil sempre foi uma coisa de algumas famílias que produziram e produziam, e produziam para a sua própria programação, não é, produziam para... para consumo próprio, produziam dentro da própria casa. Sempre assim que surgem novos talentos, é muito mais fácil para as emissoras de TV contratarem esses talentos e fazerem eles produzirem dentro da emissora do que estabelecer parcerias com produtores independentes.

Bom, eu acho que esse é o grande desafio, essa é a grande... a grande transformação pela qual a televisão brasileira pode passar e a produção audiovisual brasileira pode passar, é estabelecer cada vez mais parcerias com a produção independente para fazer com que isto sim mude a cara da produção e faça com que a produção da televisão no Brasil tenha muitas caras, tenha a cara da diversidade da população brasileira. A regionalização do meu ponto de vista é uma consequência da produção independente. A regionalização não deve ser colocada na frente da produção independente, porque ela termina sendo uma consequência do estímulo à produção independente. Esse é o meu ponto de vista pessoal e é um ponto de vista bastante consolidado na nossa entidade aqui, no Rio Grande do Sul e, sem dúvida, também na ABPITV.

Então, assim, o que eu tenho acompanhado de produção e de possibilidade de produção, de possibilidade de parceria com a TV Brasil, não é, são as... digamos, as chamadas de licenciamento, não é, que foram feitas no final do governo passado. Parece que houve uma tentativa, digamos, de contratar coisa demais, que não conseguiram terminar as contratações, acho que isso é uma tarefa que tem que ser feita agora, de... digamos, de... finalizar, digamos, a iniciativa que foi tomada pelo governo passado, não é, de licenciar produtos para colocar na TV Brasil, para ter uma diversidade de programação, mas também de

parceria para produções novas. O Fundo Setorial do Audiovisual tem uma série de mecanismos, tem uma linha de produção para a produção independente, na qual a emissora, na verdade, entra com muito pouco, o fundo de mecanismo de financiamento é feito através dos recursos próprios do fundo setorial, uma parte muito pequena é feita pela emissora. Eu sei que a TV Brasil tem tomado iniciativas a esse respeito, não só na questão do DOCTV, como também nas séries, não é, algumas séries que foram produzidas nos dois últimos anos a partir, exatamente, dessa linha. Acho que esse é o caminho, acho que a TV Brasil está no caminho correto disso, não é? A lei 12.485, está criando uma... uma necessidade muito grande de produto audiovisual brasileiro que, sem dúvida, os produtores independentes estão se capacitando para produzir. Eu posso falar em nome de, sei lá, 20, 30 produtoras aqui no Rio Grande do Sul que teriam capacidade para produzir isso agora e, talvez, em nome de, sei lá, 600 produtoras. Isso é um dado mais ou menos empírico que a ABPITV tem, não é, de produtoras no país inteiro, que teriam essa capacidade de produzir. Claro que algumas têm mais experiência de produção, algumas para conseguir produzir para a televisão séries um pouco maiores vão ter que se associar com outras produtoras, mas a diversidade da produção cultural brasileira, ela tem que estar presente basicamente nesse tipo de parceria. Então, eu só queria chamar a atenção para isso, o estímulo à produção independente, a parceria com a produção independente é o grande canal por onde a questão da regionalização, eu acho, termina se resolvendo na televisão. Basicamente era isso. Obrigado.

[palmas].

SR. LUIZ HENRIQUE DOS ANJOS: Bem, para completar essa reflexão inicial, eu poderia lembrar aqui ao Conselho, partindo do título aqui da nossa audiência pública, "Autonomia, diversidade e regionalização do sistema público de comunicação". Sem dúvida nenhuma é um título que impressiona aqui, porque ele é vasto, não é? Ele, realmente, tem... tem... já, digamos assim, está à altura do desafio desse Conselho e da própria EBC, e do sistema público de comunicação, seja das emissoras públicas ou privadas que venham a compor.

Então, eu faria, assim, um esforço de síntese, pegar do final... é, vou fazer um esforço do final para o fim.

[pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIZ HENRIQUE DOS ANJOS: É.

[pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIZ HENRIQUE DOS ANJOS: Por isso que já me deram a pilha aqui, porque acaba a bateria [risos]. Mas pegando do final para o fim, procurando raciocinar em conjunto, quando a gente fala em sistema público de comunicação, a Constituição não trata exatamente disso, mas podemos fazer essa leitura sim, do capítulo da Comunicação Social da nossa Constituição. Então, lá, nós temos, quando fala em sistema público,

está falando em radiodifusão, televisão e rádio, sinal aberto. Lá no art. 223, aí fala: sistema privado, público e estatal, procurando se dar uma complementaridade nessa distribuição do espectro entre esses três sistemas e, depois, não diz o que é esses três sistemas e vem aí a interpretação toda que a gente faz a partir da doutrina, dos movimentos sociais que reivindicaram a regulamentação e a lei da EBC, a lei 11.652, vem contribuir com a parte dela nessa interpretação do que é que vem a ser esse sistema público.

Então, esse sistema público da radiodifusão aí. Então, o serviço de radiodifusão é um sistema, é um serviço público. O serviço de radiodifusão é um serviço público, ou seja, todo ele, seja explorado no sistema público, no sistema privado ou no sistema estatal, é um serviço público outorgado pela União Federal, mediante regras e princípios, mais ou menos respeitados ao longo da história, mas mais recentemente mais respeitado. O problema é o resto, não é, o que ficou para trás, mas aí faz parte do processo político. Então, esse é o serviço de radiodifusão que é sempre serviço público.

Então, quando o art. 221 foi lembrado aqui pelo Giba, não é? Ele está falando da produção e da programação, que não é específico da radiodifusão. Aí, eu posso ver, o 221 já é amplo, não é, já é a Comunicação Social mesmo, já seria um sistema de comunicação. Mas eu não posso dizer que a comunicação toda é um serviço público, como eu posso dizer da radiodifusão. Então, o 221, nós estamos falando de comunicação que não é ele todo um serviço público; ele pode em partes virar serviço público, mas a comunicação... ele tem um caráter de interesse público, mas aberto à exploração da atividade econômica, aberto à iniciativa privada. Não é caracterizada, necessariamente, no conceito Jurídico lá de serviço público. Ele visa o interesse da sociedade, mas aberto a livres iniciativas. Então, lá no 221, fala preferencialmente mesmo o princípio, não é, aquele princípio que está lá, preferencialmente atender a esses objetivos de formação da cidadania, de produção independente, regional. Tem essa complementação toda. E fala, não no regional e no independente, não fala preferencialmente. Tem que ter, não é, o atendimento...

[pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIZ HENRIQUE DOS ANJOS: É, em percentuais a serem definidos em lei. Mas, no inciso I, fala: "Preferencialmente atender a objetivo...". A produção e a programação dessa área de comunicação aí ampla, não é, que não é só a radiodifusão, preferencialmente, atender esses objetivos de informação, de formação da cidadania.

Então, a radiodifusão, quando serviço público, seja no privado, estatal ou que venha a ser o sistema público, também... todos eles têm que atingir esse primeiro inciso do 221 lá, de formação da cidadania, não é? Todos eles têm que ter isso. Só que no sistema público, a interpretação mais coerente - e a lei da EBC contribuiu para isso nos seus princípios -,

ela coloca que esse é o único objetivo do sistema público de radiodifusão. Não é preferencialmente, é o único objetivo. O único objetivo é essa formação da cidadania, é esse caráter informativo. Não tem que concorrer com outros objetivos, não é? E aí, a gente começa, então, a discernir o que é que seria o sistema público mesmo dentro de um serviço público ou um sistema público fora do serviço público obrigatório, que é a comunicação mais ampla que a gente está dizendo aqui. Sistema público de comunicação. Então, no meu modo de refletir, assim, seja falando de radiodifusão no sistema público, seja a comunicação pública de uma maneira mais ampla, por exemplo, se for... se for uma estrutura que se entenda por caráter, vou fazer um jornal, é comunicação. Ou os nossos portais que nós temos, podemos fazer um jornal, não é, impresso. Mas aí vai ter que estar voltado, exclusivamente, a esse objetivo do inciso I do 221, não é? Fora do serviço de radiodifusão. Então, é o único elemento assim, que me parece de maior valor, de maior conteúdo, que a gente retira da condição, já para diferenciar a comunicação pública das demais, porque ela tem um objetivo único, que ela não compartilha esse com outros objetivos.

Então, aí avançando um pouco mais, quando retrocedendo aqui no nosso título, quando falamos de regionalização e diversidade, autonomia, se a gente for falar de uma programação para ela ter autonomia, para ter essa diversidade, ter regionalização, é imprescindível a utilização da produção independente. Por quê? Porque aí essa comunicação pública, seja em que formato ela esteja, é uma expressão muito usada pelo Eduardo, que eu vou clonar ela, que é aquela janela, eu não sei se é exatamente assim, mas é aquela janela aberta para manifestação da sociedade. Então, o canal público, seja em que formato, seja na comunicação pública mais ampla, seja na radiodifusão pública, ela é aquela janela que tem que permitir a passagem dessa forma de ver da sociedade, dessa pluralidade da sociedade. Então, nada melhor do que a produção independente para fazer isso. Por isso eu acho que a ênfase mesmo do Giba de... de chamar a intenção, claro que não seria o único, mas para se garantir essa autonomia, essa diversidade, a regionalização, é isso. Então, regionalização, a gente tem trabalhado muito na EBC, às vezes, e na lei da EBC dá a entender isso, mas a gente pode fazer uma outra leitura, que regionalização são as emissoras regionais que compõem um sistema. Então, mas existe uma produção independente regional também que tem que ser atendida.

Então, quando a gente fala de comunicação pública, a gente pergunta: "Como... se nós temos só aquele único objetivo lá do 221, inciso I, se a gente só tem aquele objetivo, como é que eu vou viabilizar ele? Com uma estrutura estatal, com uma estrutura privada?" Não tem formato jurídico padrão para isso. Então, eu tenho que abrir a pluralidade. Eu tenho que ter formatos variados que permitam justamente essa pluralidade. E aí, nós chegamos justamente naquela necessidade de que para que se garanta que a comunicação pública tenha aquele único

objetivo, que ela tenha o controle social e tenha uma autonomia de financiamento. Senão, nós vamos ficar dando discurso, não é? Vamos estar falando de tese, vamos estar refletindo, mas na prática vai ser difícil. Senão tiver o controle social e aí, um dos principais exemplos é o trabalho do nosso Conselho Curador, mas claro que não deve se ficar limitado a esse, ele é um ponto de partida, não é? E, por outro lado, financiamento. Tem que se ter essa autonomia também em relação ao financiamento. E esse financiamento não se pode exigir autonomia se ele for 100% estatal ou 100% do mercado. Não é viável.

Então, por isso que se trabalha, justamente, com uma necessidade de uma pluralidade de fontes de financiamento, não é? Em que tu tenha uma cota do estado como política pública, que tem que ser viabilizada pelo estado, mas não seja majoritário. Tenha também lá, a captação que o mercado, como se viu aqui, está cada vez mais sendo estimulado a se constituir esses produtos para até fornecer produtos, a serem fornecidos na lei de acesso condicionado, TV a cabo, TV por assinatura. Então, isso vai estimular também o mercado. Então, tem uma cota de participação do mercado com patrocínio, com publicidade institucional, ou seja, sem transformar esse campo público refém do mercado, mas, também, dando ao mercado a sua cota de contribuição. Quando a gente fala em publicidade institucional, em patrocínio, o elemento fundamental é isso: "Bom, não queremos aqui vender produto e serviços, nós queremos é vender ideias, conceitos." Aí, sim. A publicidade vende alguma coisa. Senão, nós vamos vender mensagens, ideias, conceitos, visões que as instituições têm, públicas, privadas, não é, mas sem... sem a venda de produtos e serviços. Mas isso, necessariamente, tem que ser viabilizado também com uma parcela minoritária. Não pode virar isso, a sustentação definitiva da emissora, do canal, do mecanismo que for, não é?

E, por fim, no nosso modo de ver, comparando com outros sistemas de outros países, que há um financiamento direto de uma fonte tributária direta, diretamente à sociedade, através, no nosso caso, a contribuição de fomento para a radiodifusão pública. Isso sendo, formando o fundo ou não formando o fundo, aí já é um aperfeiçoamento que pode não ver. Mas é vital que uma parte significativa da viabilização desse sistema público de comunicação, no caso especificamente da radiodifusão, ele tem origem nesse financiamento direto da sociedade, que no nosso modelo que nós temos aqui engatinhando, é que se torne a contribuição para o fomento da radiodifusão pública. E tem toda uma batalha jurídica e também política para ser vencida, para que esses recursos alcancem, finalmente, essa destinação, porque até hoje o modelo criado pela lei 11.652, não foi.

[pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIZ HENRIQUE DOS ANJOS: Sabe, o legislador. Ainda não se implementou, não é? Porque continua... os recursos depositados em juízo e ainda aguardamos essa solução. Então, essa viabilidade, essa autonomia, diversidade e regionalização, ela depende do seu

financiamento e do controle social para garantir aquele objetivo único seja alcançado.

Então, aí, nós podemos falar, como encerrando aqui a nossa reflexão, de que eu, tendo aqui, não é, uma preocupação mais regional dentro da EBC, essa preocupação regional da EBC, ela não pode se confundir com a preocupação regional que tem já a Fundação Piratini, por exemplo, aqui no Rio Grande do Sul. A TVE, a nossa TVE. A preocupação regional da TVE é uma, a da EBC é outra. Vão ser parceiros, vão se somar, mas são responsabilidades que se somam e não que se anulam uma à outra ou viram a mesma coisa.

Então, a EBC sim, tem uma responsabilidade com a produção regional sua, da produção independente, ao lado da TVE, que também vai ter isso. Só que, por exemplo, o que é que é uma produção regional para uma emissora nacional? O que é que é incentivo à produção regional numa emissora que, para nós, é regional, mas aqui o espectro dela é o Rio Grande do Sul? Ou seja, a produção regional do interior do Rio Grande do Sul, não é? Porque quando a gente fala em EBC, o Rio Grande do Sul é o interior, para dar exemplo. Ou até a região Sul, como um todo, não é? É a regionalização da Região Sul. Então, são níveis de preocupação que vão se intensificando. Agora, o exemplo que eu dou sempre é esse: se o sistema - e aí falando mais na área de televisão -, o sistema comercial viabiliza no seu financiamento seis, sete grades de televisão que é disponível, aberto, gratuitamente para a população, um sistema público não pode pensar que uma única grade vai ser suficiente. Ainda mais com o incremento que o mercado de produção vem... venha crescendo. Ainda mais se nós tivermos a visualização, não é, do mundo digital, a multiplicidade de programações que vão ser possíveis de transmissão em conjunto.

Então, o desafio dessa autonomia, diversidade e regionalização, ele está diretamente ligado, especificamente na área de televisão aberta, à capacidade de, tendo o financiamento, poder se viabilizar várias grades de comunicação pública para ser oferecido para os diferentes níveis de regionalização possíveis. A gente está pensando aqui em Porto Alegre, mas tem que pensar a repercussão disso nas várias cidades do interior do Brasil afora. Então, como eu disse, isso... o nível que tu vai conseguir levar essa profundidade desses conceitos da produção independente e da regionalização, está diretamente ligado com o nível de financiamento que tu vai conseguir ter para esse setor, porque senão, nós vamos estar só teorizando. Então, eu vínculo muito a isso.

Claro, havendo um nível de financiamento elevado, o nó dessa questão toda vem recair no controle social. Não adianta também se ter muito recurso e querer se fazer muita coisa, sem o acompanhamento da sociedade para dar a garantia, dar o respaldo a esse sistema público de comunicação, seja especificamente na área da radiodifusão, seja nas outras formas de comunicação que nós temos.

E só para sintetizar, dizer que a lei da EBC, apesar de... a lei que criou a EBC e fala na radiodifusão pública, não é, não é o termo mais exato, porque toda radiodifusão é pública, o termo melhor seria radiodifusão no sistema público, tem um artigo, fala lá em princípios, que o Conselho Curador conhece muito bem, porque faz a aplicação disso no dia a dia, mas o que eu chamo a atenção é o seguinte: que existe, sim, um outro artigo, mais adiante nessa lei, que diz que é atribuição da EBC atuar na área da comunicação, observado os princípios da radiodifusão pública. Então, como um artigo lateral assim na lei, amplia-se o objeto, sim, de atividades da EBC também para a área de comunicação em geral, não restrita à radiodifusão, mas atendendo-se aos mesmos princípios. E aí, da mesma forma, o Conselho Curador também tem essa competência para fazer cumprir esses princípios nessas outras atividades que não são radiodifusão, mas são atividades de comunicação. Então, realmente está correto, sim, o papel, a definição desse título como a atuação no sistema público de comunicação, porque a EBC também tem essa competência que vai para além da radiodifusão no sentido estrito, não é? Mas sempre observados os mesmos princípios.

Então, eram essas as considerações [*palmas*]. Terminamos antes das seis.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Gente, muito obrigada. Eu posso começar a fazer? Eu tenho duas perguntas, uma para cada um. Primeiro, Maria Helena, eu fiquei um pouco, assim, eu queria que você pudesse explicar melhor ou discorrer um pouco mais sobre essa diferença entre o público e o estatal, comunicação pública e comunicação estatal. Porque você falou do presidente Lula, da presidenta Dilma, mas você falou até do presidente Haddad, mas é o prefeito Haddad [*risos*].

[pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: E eu... é o afeto, não é? Tá bom.

[pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Previsão de futuro. Não, eu queria, eu fiquei um pouco, assim, eu gostaria que você discorresse um pouquinho mais essa diferenciação, porque é uma preocupação do Conselho todo o tempo fazer essa separação, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:20:38]: Posso?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Pode, lógico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Seria mais uma dúvida. Como é possível o público sem o estatal?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ser ou não ser?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sem.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Ah, e também, eu queria só uma coisa, uma frase que você falou, quebrar a.... Como é que a gente quebra a fidelização de determinadas estéticas, nesse contexto aí?

SRA. MARIA HELENA WEBER: Eu tenho que dar aula daqui a pouco, mas a gente podia voltar o mês que vem [*risos*]. Eu estou sempre em Brasília, então, a gente poderia organizar um debate maior.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Sempre que você quiser.

SRA. MARIA HELENA WEBER: Bom, a questão do... Então, vamos começar. A questão do público e do estatal. Não há... é possível um estado autocrático, um estado que não seja público. Então, a comunicação pública, ela inexistente numa ditadura, por exemplo, embora a primeira estrutura, a primeira vez que se falou em Comunicação Social, Sistema de Comunicação Social, foi a minha dissertação de mestrado, eu não pude me exhibir aqui, porque os rapazes é que tomaram a.... Não pude falar nada de mim, mas, enfim. A primeira vez que se falou em Sistema de Comunicação Social, foi no governo Médici. Então, nós tínhamos a primeira política de Comunicação Social, de comunicação, enfim, com a sociedade, com todos os parâmetros ressaltados, sobre cidadania, é exatamente no período mais terrível da ditadura brasileira.

Então, não pode haver, pode haver um sistema estatal de comunicação. E o que mais nós temos? Nós temos muito, muito acesso, nós todos aqui, é claro, e todo mundo, sobre os grandes projetos de comunicação feito em ditaduras, em sistemas autoritários, não é? Médici, temos muito a ler sobre o nazismo, sobre os diferentes comunismos. Todo o regime autoritário, ele tem um sistema próprio de comunicação de estado. Então, e ele não é público, não é? O público implica exatamente a inclusão da sociedade. Ele tem um caráter... ele é emancipador do ponto de vista social. Ele tem um caráter... vinculado à cidadania, não é? Então, quando se fala em comunicação pública, nós estamos falando quase que na tradução de opinião pública e de esfera pública. A esfera pública habermasiana, para alguns, ainda pensada como utopia, mas que tem que ser assim pensada para nós não descolarmos, digamos, essa perspectiva do social.

Então, é possível, sim, que nós tenhamos uma comunicação de ordem... é... governamental, que ela seja organizada e ela tenha, então, numa democracia, que é o caso do Brasil, ela é totalmente organizada a partir dos princípios dessa democracia, dessa cidadania. Numa pesquisa que nós fizemos sobre todos os sites do governo federal, sobre todas as estruturas que nós chamamos, então, de sistema de comunicação pública, e quando eu estava falando, que ele estava explicando, eu não estava falando no sistema de radiodifusão, mas nesse sistema de comunicação pública que os governos têm necessidade de implementar, não é? Então, é possível que nós tenhamos um governante, numa democracia, em que

esse sistema, que é de comunicação pública, ele sirva, digamos, para a promoção pessoal. É absolutamente possível. Eu estou orientando agora uma pesquisa que está analisando o Jornal da EBC, que é tentar identificar, dentro do jornalismo da EBC, por exemplo, todas as... dentro do jornalismo da EBC, dentro dos princípios da comunicação pública da cidadania, por exemplo, se o jornalismo, ele vai cumprindo isso ou se há a promoção, por exemplo, do governo sobre temas de interesse público, não é? Nós estamos investigando isso, nós na academia, não é, fazemos de um tudo. Então, é uma... é uma discussão que envolve, a discussão que está atrás disso, sobre a diferença do jornalismo para o que se chama de um jornalismo institucional, que é o jornalismo feito, então, por esses sistemas de comunicação pública, como eu estava falando. É uma discussão permanente, que existe, tanto nos cursos de jornalismo, na teoria do jornalismo, que faz uma separação entre o jornalismo que não tem o contraditório. Então, significaria, por exemplo, analisar o quanto de mensalão ou o quanto da cobertura do mensalão ou de outros temas, digamos, que a mídia de massa, sobre os quais a mídia de massa se debruça, e o que as mídias ditas públicas, vinculadas ao estado, como é que elas abordam esses temas. Então, sempre entra a discussão sobre o que é o contraditório, não é?

Bom, é uma longa discussão, não tem nada... não foi feita ainda uma equação que diga: "Aqui está o limite do público, aqui está o limite do que é privado, do que não é." E é muito interessante isso, porque significa que ao fazer esse tipo de pesquisa, tem uma tese, eu estava falando para o Eduardo, em Minas, que vai ser defendida, que estuda, eu estive na banca da qualificação, e ela estuda de que maneira a EBC se transformou num debate público no Brasil. E ela investiga toda a mídia, não é, de que maneira a mídia se apropriou de uma discussão contra o governo para fazer a discussão da EBC. É muito, muito interessante. A partir de todos os conceitos de deliberação pública, de seara pública, etc.

Então, essa é uma discussão permanente num órgão público, num órgão de governo.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Pois é, mas, agora, essas duas vertentes, pública e estatal dentro de uma mesma empresa, como separar isso ou não separar?

SRA. MARIA HELENA WEBER: Eu acho que não tem como separar. Tem como equilibrar isso. Quer dizer, assim como eu tenho, por exemplo, a notícia sobre o estado, eu tenho que ter a notícia sobre aquilo que é de interesse público. E que não necessariamente é de interesse do estado naquele momento.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Mas esse que é o grande...

SRA. MARIA HELENA WEBER: Essa é a... mas essa é a tensão. Essa é a tensão e é o que eu acho que é o indicador da qualidade de uma

instituição pública, não é? A capacidade de... é... digamos assim, de fazer aquilo que seriam temas, que seriam temas que a criticam, que estão em toda a mídia, só não está na mídia pública, dita pública. Ou na mídia estatal. Bom, então, tem um problema. Então, aí se estabelece uma contradição com a própria demanda da sociedade.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu não quero ser insistente, mas, por exemplo, a equipe de jornalistas é a mesma ou não?

SRA. MARIA HELENA WEBER: Não, não.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Não, eu estou perguntando. Eu estou perguntando.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:28:26]: Não, não, são diferentes.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: A NBR é só o serviço?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim, são diretorias diferentes.

[pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Ah, desculpa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:28:50]: Posso só fazer um "apartezinho" só, inclusive para ajudar? Eu vivi os dois lados dessa moeda. Então, portanto, eu tenho... quando você falou em jornalismo institucional, eu lembrei quando eu discutia com o Garcez o contrato de prestação de serviços da SECOM, onde eu estava na época, com a EBC, em que eles colocavam jornalismo e eu dizia: "Não. Jornalismo institucional." O Garcez deve lembrar disso. Porque eu estava contratando da EBC o jornalismo institucional, não o jornalismo que a TV Brasil tem obrigação de fazer. Mas a TV da NBR, não. A TV da NBR, não existe contraditório. A TV da NBR é--

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Informativa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A informação sem filtros daquilo que são os atos e fatos do governo federal à sociedade.

SRA. MARIA HELENA WEBER: TV estatal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Exatamente. É uma prestação de serviço. O que a Ana está querendo é justamente: como você, dentro de uma mesma empresa, você faz essa comunicação que é o jornalismo institucional e faz o jornalismo, jornalismo público, nesse sentido.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Bom, eu já deixei clara a minha posição várias vezes, eu acho que isso é paranoico, não, é esquizofrênico, na verdade.

SRA. MARIA HELENA WEBER: Não, não acho.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Mas isso é uma outra questão. É uma outra questão.

SRA. MARIA HELENA WEBER: Eu não acho. Eu acho que entra uma questão que não significa que o jornalismo institucional não seja jornalismo. Isso está lá, está escrito, está editado. Não significa.

O que significa é que esse jornalismo institucional, ele, dificilmente ele vai incluir aquilo que a gente chama, que é o contraditório, não é? Mas pode ser que esse exercício desse jornalismo institucional, ele seja muito mais, digamos, voltado ao interesse público, que aquilo que nós chamamos de jornalismo midiático ou jornalismo como tal.

Essa é uma discussão, que ela não é clara e eu não acho, Ana, desculpa, eu não acho que ela seja esquizofrênica. Eu acho que ela é a discussão, ela é dialética, é ela que dá a possibilidade de ter qualidade, porque se eu estabeleço a discussão permanentemente numa emissora estatal, eu procuro fazer...

[pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARIA HELENA WEBER: Esquizofrenia, nós.

[pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARIA HELENA WEBER: Não, é que vocês, eu não estou falando em comunicação estatal, eu estou dizendo que a discussão de quais são os limites de um jornalismo público, de um jornalismo institucional, daquilo que se chama de ser o jornalismo, ou o jornalismo das mídias, enfim, o jornalismo midiático, isso é que permite, por isso que eu chamo de dialético, é que permite que haja um jornalismo de qualidade.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Não, eu não estou dizendo que esquizofrenia, não estou colocando em questionamento o jornalismo institucional, eu acho que é uma coisa que tem que ter, está aí, e tudo bem. O que eu acho é que dentro da mesma empresa, sob a mesma gestão é esquizofrenia. É isso que eu quero dizer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:31:53]: Hoje em dia, nós não fazemos--

SRA. MARIA HELENA WEBER: É que eu não entendo por que esquizofrênico. Então, eu devolvo a pergunta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então, nós não fazemos, nós, hoje, nessa bancada aqui, que estão os diretores responsáveis por conteúdo, nós não fazemos jornalismo estatal. Não fazemos. Aliás, a EBC não faz por si só jornalismo estatal ou informação estatal. Ela vende um serviço que, hoje, um grande comprador é o governo federal e solicita da EBC que faça a comunicação estatal. E como é que a EBC faz isso? Com uma equipe absolutamente própria, totalmente separada daquela que faz o seu conteúdo.

SRA. MARIA HELENA WEBER: Quem paga os jornalistas da EBC?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Tesouro Nacional, mas com um trabalho importante nesse momento de... é... que a empresa busca, como o Luiz Henrique disse, para equilibrar um pouco essa relação de fontes do dinheiro. E por que eu digo que nós não fazemos jornalismo estatal? Nós somos, a EBC é uma... uma diretoria da EBC específica é contratada para prestar esse serviço. E é paga para isso. Com dinheiro especificamente para isso. E isso serve... por que nós fazemos isso? Por que nós prestamos um serviço? Para que isso se reverta em dinheiro para financiar a comunicação pública. Essa é a lógica que faz com que dentro da EBC, hoje, haja--

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Nós vamos ter que fazer uma audiência pública para poder discutir isso. Não é o lugar e nem o horário. Desculpa, eu puxei esse assunto, mas, desculpa.

Vamos... posso passar, então, a pergunta para o Giba, depois a gente... os outros conselheiros, por favor. Giba, achei superinteressante essa tua ideia de que a regionalização é uma consequência, não é, do aumento da produção independente. Talvez, aquele projeto da [ininteligível] pudesse ter andado se a gente tivesse essa visão da coisa, da produção independente, não é? Mas eu queria saber qual é o estágio dessa relação entre as produtoras e a TV Brasil, e quais são os caminhos para intensificar isso, na verdade, nesse momento.

SR. GIBA ASSIS BRASIL: Bom, eu acho que, talvez, essa pergunta deveria ter sido dirigida ao pessoal da diretoria da ABPITV, que tem mais... que tem mais presente essa relação, não é? Eu posso falar, a minha produtora e produtoras aqui, do Rio Grande do Sul, com as quais eu tenho contato, a gente tem produzido. A minha produtora, particularmente, produz para a Globo, produz para a HBO, produtoras daqui do Rio Grande do Sul produzem para a GNT, produzem para a MTV, produzem para Multishow, produzem, eventualmente, para a TVE também. Está acontecendo agora, nesse momento, um edital que está saindo algumas produções independentes para a TVE, também bancada pelo fundo setorial do audiovisual, parcialmente. Agora, a gente não tem experiência aqui de produção com a TV Brasil. A gente tem experiência de licenciamento, mas não de produção independente.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Então, eu repasso a pergunta. Vocês têm alguma, nessa coisa da produção independente mesmo aqui, já que a gente está aqui no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:35:01]: Bom, eu vou deixar o Rogério também, que é quem lidera a nossa produção para falar do assunto, mas eu abro nesse instante. Por exemplo, nesse instante, nós terminamos o... divulgamos na semana passada o resultado interno da nossa seleção do Prodav. Prodav é um dos braços, pelos quais nós temos

contato com a produção independente. É um fundo da Ancine, em que nós licenciemos produtos, só podemos coproduzir de acordo com o produto ser apresentado. Foi aberto durante cerca de um mês, o espaço para apresentação de produtos e as empresas produtoras, as produtoras independentes, apresentaram as suas propostas para serem... é... financiadas por meio do fundo, mas para isso, elas precisariam do aval da EBC, da TV Brasil, no caso, que estariam garantindo a janela de exibição quando esse produto estivesse pronto. Para minha surpresa, foi muito pequena a procura por produtos do nordeste, por exemplo. Foi praticamente... se eu não estiver enganado, não teve nenhum dos produtos que foi apresentado, de produtoras do nordeste, sendo que foi... qual foi o movimento que a EBC fez? Foi abrir a sua janela e avisar a todos igualmente: "Olha, nos procurem, porque nós vamos fazer a seleção, que nós vamos apresentar à Ancine, porque nós vamos financiar". No caso, foram 26 produtos que nós separamos, e dissemos assim: "Olha, levem os seus produtos à Ancine, se eles forem aprovados, nós iremos licenciá-los." Não houve procura com relação à região nordeste, infelizmente.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Aqui tem alguma coisa?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu não me lembro de cabeça, eu não sei se o Rogério se recorda, eu não me lembro. Não, porque é assim--

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É porque o Giba está aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:36:52]: Não, eu não me lembro de cabeça. Mas o que me chamou a... eu vou dizer que provavelmente sim, porque o que me chamou a atenção foi o nordeste não ter. Isso eu olhei ali, e falei: "Nossa, que coisa estranha." Porque foi feito.

[pronunciamento fora do microfone]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ainda temos que buscar essa informação. Nós estamos terminando agora, nessa semana passada, quarta-feira divulgamos o resultado, a gente, realmente, precisa saber se houve alguma questão de divulgação local, qual que foi a questão, se foi...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:37:21]: Assimetria de acesso à informação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Talvez, enfim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: ...de igualdade regional do país.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:37:26]: Então, nós temos...nós fizemos a divulgação por meio do nosso canal e nós temos canal nos horários de rede e isso foi... o nordeste é a uma região que nós temos emissoras funcionando a partir de agora, nesse mês, teremos em todas as cidades dos estados. Então, todos os estados, todas as cidades, não.

Todos os estados, todas as capitais de estado, pelo menos, tem emissoras estaduais ou nossas próprias, no caso do nordeste, que é a de São Luís, com programação da TV Brasil. Nós fizemos a divulgação em horário nacional, ou seja, isso foi transmitido para o local, além de outros meios que são os meios da própria produção independente, os caminhos pelos quais nos encontramos com a produção independente. Não houve, infelizmente. E a disposição e a vontade nossa, inclusive, era de que houvesse, não é?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA [3:38:16]: Eduardo, às vezes, até porque como eu sou de um estado, que é na Região Norte, às vezes, não é nem necessariamente a falta de divulgação; às vezes há divulgação. O que tem uma dificuldade muito grande, eu não sei, no Nordeste, eu posso falar pelo Norte, é a dificuldade de colocar no papel a ideia. Por que é que o DOCTV dava tanto certo? Porque o DOCTV, as pessoas, o produtor independente, ele apresentava uma proposta e o pessoal do Minc, fazia um curso para que eles pudessem melhorar essa proposta dele. Aí, sim, eles começavam a produção. Então, tem uma dificuldade muito grande. As produtoras grandes, consolidadas, elas já têm, que eu diria, o caminho das pedras. Então, elas vão muito mais rápido e apresentam proposta. O pequeno produtor independente, ele tem dificuldade. E aí, se não tem ninguém para orientar, ele também não apresenta a proposta. Então, às vezes, não é uma falha de comunicação da empresa. A empresa pode estar divulgando, mas o produtor lá na ponta, ele não está sabendo como viabilizar isso. E aí, ele não se inscreve, porque tem toda, e a gente sabe que um edital desse tem toda uma regra, toda a especificidade que se você não se adequar, não rola. Entendeu? Então, eu acho, eu digo o modelo do DOCTV, porque eu achava o modelo do DOCTV fantástico, nem sei se ainda tem o DOCTV, por conta disso, porque ele dava um curso, ele trazia pessoas de fora para orientar e ele melhorava a proposta da pessoa. E muitas das vezes até redirecionava a proposta inicial, e aí dava certo no final, não é? Quando a gente recebia todas as TVs, inclusive as TVs estaduais, recebiam esse volume e ela tinha uma parcela de participação, era interessante. Eu acho que a gente também tem que ver isso.

SR. NELSON BREVE: Eu queria só registrar a questão da evolução do processo que antes era o seguinte: chegava lá um produtor qualquer, tinha acesso ao presidente da empresa, à diretoria, e levava o recurso que tinha para o Prodav para não sei o que, para tudo mais. Nós, esse ano, resolvemos fazer de forma transparente, ou seja, abrir para todos, facultar a todos ter acesso àquilo que a gente diz a gente que teria como prioridade. Foi feita uma banca, o resultado é publicado, é explicado por que é que esse foi o escolhido e não aquele. Então, portanto, o processo ficou mais interessante. Ficou prejudicada a questão do tempo. Só que agora é uma rotina. Isso que agora aconteceu em outubro, no ano que vem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. NELSON BREVE: Abril, não. Abril? Março, abril. O que é que a gente vai abrir de janeiro a março é outras.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. NELSON BREVE: A nossa janela. Então, também que é outra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. NELSON BREVE: Que é para a gente prever aquilo que a gente achar interessante, prever para o orçamento de 2014, ou seja, já na construção da proposta orçamentária nossa do ano. Desculpa, era só isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:41:22]: Não, eu só queria, enfim, corroborar em primeiro lugar, corroborar o que a Regina disse. Eu participei inclusive de umas das oficinas do DOCTV como orientador e realmente deu para ver claramente que tinha ótimos projetos e que ficaram melhores ainda a partir daquela oficina que a gente fez. E corroborando também o que o Nelson disse, sem dúvida, cada emissora tem a sua forma de chamar os seus projetos. E uma emissora pública, evidentemente, a melhor maneira de fazer é através de editais públicos, sem dúvida nenhuma. Agora só acrescentando: quando eu falo em separação entre grade, a administração da grade e a produção, não quer dizer que eu, como produtor independente, acho que a grade das emissoras públicas tem que estar aberta para qualquer coisa, para o que quiser fazer. Não. Quem administra a grade são os funcionários da emissora, no caso de uma emissora pública, que tem uma interface como esse Conselho aqui, diretamente com a sociedade, para definir o que é fundamental, o que é prioritário para essa emissora. Então, essa emissora vai criar, vai fazer um edital para tal tipo de séries, para a série voltada para tal tipo de público, com tais tipos de temas, a partir de tais tipos de autores, mas que contrate produção independente, para uma boa parte, para uma parcela significativa da sua produção, porque isso é que dá a riqueza da diversidade da cultura brasileira para dentro da emissora.

SR. NELSON BREVE: Só, rapidamente, é essa linha que a gente quer seguir. Nós herdamos uma estrutura anterior de muita programação própria, mas a nossa estratégia é a estratégia de ter cada vez menos produtos próprios sendo feitos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:42:45]: Tem que ter também.

SR. NELSON BREVE: Sim, mas menos, e mais encomendados dessa forma como a gente está falando.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Conselheira Ana (só um pouquinho), conselheira Ana Veloso pediu a palavra. Por favor. Já, já, Rogério.

SRA. ANA MARIA DA CONCEIÇÃO VELOSO: Obrigada. Eu quero fazer só um breve comentário sobre as questões. Primeiro, apesar desse termo 'controle social' ter sido sistematicamente apropriado pelos... pelos grupos de mídia privados e de forma absolutamente contrária ao que a sociedade brasileira reivindica, quando discute controle social da mídia, eu considero que a gente deve insistir com a utilização do termo pelo caráter político que ele representa num país, onde a concentração da mídia e propriedade cruzada é altamente implementada. Uma outra questão é com relação à produção independente, eu fico muito triste que o Nordeste não tenha enviado, porque nos últimos editais da Fundação do Patrimônio Histórico, lá em Pernambuco, o número de projetos de programas, de vídeos, em documentários, curtos, etc., foi muito grande. Tem ampliado cada vez mais o número. Tem muitos realizadores e realizadoras, gente muito boa, e eu considero que a divulgação talvez não tenha conseguido alcançar esse público, não é? Porque os editais da Fundarpe, eles são superconcorridos do audiovisual em Pernambuco. Então agora - inclusive é uma notícia para o Conselho que eu esqueci de dar nos informes - nós estamos discutindo junto do Fórum Pernambucano de Comunicação, que seja criado um fundo, dentro da Fundarpe, para o estímulo às mídias comunitárias, educativas, independentes, produções culturais de comunidades, de movimentos de resistência, de comunidades negras, quilombolas, porque nós estamos identificando que a produção audiovisual dessas comunidades indígenas, etc., ela não está conseguindo ser contemplada pelo edital. Então, nós do Fórum Pernambucano de Comunicação, estamos reivindicando a criação de um fundo para esses movimentos e para essas expressões da sociedade, no sentido, também, de haver essa formação para a elaboração dos projetos por conta dessa dificuldade que também a Regina traz; existe também dentro das comunidades, por conta de toda uma necessidade da adequação das legislações e normas, que essas comunidades ainda não têm a devida habilidade, não é nem técnica, é de como elaborar os formulários, etc.. Então nesse sentido eu me solidarizo com os comentários que foram feitos e considero que essa produção audiovisual é muito extensa no Brasil, é riquíssima. Infelizmente, a gente só vê na TV Brasil, não é? A gente, felizmente a gente vê na TV Brasil, mas, infelizmente, ela não está na mídia como deveria estar, mas só nas emissoras públicas e educativas, não é? E nas universitárias. Então é lamentável. E existe um fosso (e nas comunitárias). Existe um fosso entre a produção, que é altíssima, e a distribuição e a veiculação. Eu acho que a gente tem muito ainda o que caminhar nesse país para a gente conseguir valorizar e assistir essa quantidade de produção audiovisual e de rádio também que nós temos, dado o último concurso das rádios públicas, da Arpub, que revelou talentos no Brasil todo, em mais de 50 programas produzidos e que foram veiculados pelas rádios públicas, não é?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Conselheiro Mário Augusto, rapidinho, por favor.

SR. MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND: É jogo rápido. A questão chave para nós, no jornalismo, aqui na TV Brasil e nas emissoras de rádio aqui públicas, é a questão do contraditório. Você tinha dito: "O que é o contraditório? Não é?". Eu acho que essa é uma pergunta que deve ser colocada inclusive para a mídia comercial, porque a mídia comercial realmente não apresenta o contraditório - na minha opinião - não apresenta o contraditório. Eu acho que é por aí, eu já tinha falado isso antes, é por aí que a mídia, a nossa mídia pública, que só é possível uma mídia pública dentro do processo democrático, como você bem colocou, que antes existia a mídia estatal, então eu acho que o principal, o *lead*, o líder, aí da nossa discussão é o seguinte: é como apresentar o contraditório. Eu sei o que é o contraditório. Eu não sei, por exemplo, se uma... é... uma Agência Lusa, por exemplo, que a gente tem o contrato, se ela apresenta o contraditório. Recentemente me lembro que falou-se aqui sobre Cuba, foi veiculado na TV Brasil, com base na informação da Agência Lusa, que tinha 70 mil presos políticos em Cuba, o que não é verdade. E não se apresentou o contraditório. Então, ao público... quando foi? Enfim, mas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:48:24]: O contrário acontece também, a Agência Lusa divulgar ações contraditórias do nosso governo federal e a nossa Agência Brasil não divulgar.

SR. MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND: Bom, enfim, eu acho que o principal é a gente acumular e consolidar e reforçar a apresentação do contraditório. Nós vamos, inclusive, com isso, dar um... faríamos um ganho em cima da mídia de um modo geral, porque, desculpe aí, mas por mais técnico que as TVs comerciais se apresentam, com uma boa qualidade técnica, etc., deixam a desejar no contraditório. No contraditório, a gente chega lá, chega ao contraditório com a prática, não é? Eu acho que é nesse sentido, nesse sentido eu acho que o jornalismo está tendo avanços, nesse sentido, mas ainda é preciso aprofundar a cada dia, a cada momento. Então eu, enquanto eu... está muito claro que a parte estatal, a EBC Serviços, é...

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: É, não é a minha posição. Nós podemos discutir o assunto. Eu acho que a EBC Serviços tem um outro lugar no governo. É a minha posição, conselheiro.

SR. MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND: Certo, mas quando se fala lá nessa TV do governo federal, porque faz um serviço, que a EBC faz esses serviços, agora não tem a ver com a nossa mídia pública. Não é isso?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Tá vendo.

SR. MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND: Mas é a prática que vai fazer. O dia a dia.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Pois é. Exatamente.

SR. MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND: É o aprofundamento do processo que vai.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Ficar explicando a vida inteira isso, na verdade. Essa é a minha posição. Conselheira Ima e conselheiro João Jorge, perdão.

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Uma pergunta para o Luiz Henrique. Com relação à questão do controle social, que tem me preocupado bastante, a partir de uma resolução do Conselho, nós tivemos uma tentativa, digamos assim, de restringir a atuação do Conselho por conta daquela questão dos problemas religiosos. Isso com atuação do Legislativo. Agora, de novo, me parece...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA: De novo me parece que pode estar havendo uma insinuação nesse sentido. Eu lhe pergunto se há algum limite jurídico para que o Legislativo atue no sentido de restringir a atuação do Conselho, que é o que está representando no caso da EBC, é o controle social.

SR. LUIZ HENRIQUE DOS ANJOS: É uma resposta objetiva assim, não é? Sim, tem limite [risos]. Quer que eu fale mais agora? [risos].

Quer que eu fale mais [ininteligível] Não, primeiro dizer que realmente todo serviço público tem controle social, senão não é serviço público. Isso é a primeira coisa. Então, quando, como eu disse, que comunicação... que radiodifusão no sistema público, que diferencia ela enquanto natureza do sistema privado e do sistema estatal é o objetivo, não é? Aquele inciso I do art. 221. O resto tudo vai ter. Todos os outros têm que ter. Então o controle social também tem, vai ser em níveis diferentes, vão ser ferramentas diferentes. Por exemplo, o controle social da radiodifusão num sistema que não é público não está regulamentado na TV. A radiodifusão no sistema privado não está regulamentada na produção independente, regional. Não tem lei regulamentando nada disso. Como princípio, deve ter. Porque tudo é serviço público, então todos têm que ter o controle social. Então, não é só, se foi isso que pareceu dizer, não é isso. Eu frisei bem no início, não é, que o que realmente diferencia a natureza dos outros é que a comunicação pública, até de uma forma mais ampla, tem um único objetivo, que outros sistemas, esses objetivos se misturam com outras intenções, não é? Então, no caso da comunicação, da radiodifusão pública como está regulamentado, o controle social, isso decorre de um princípio, então nós... O limite é que a atuação do legislador ordinário não pode contrariar a Constituição, não pode

contrariar a Constituição. O legislador ordinário não pode contrariar a Constituição. Se a atuação dele como legislador ordinário chegar a um nível de inviabilizar um dos princípios constitucionais definidos para esse sistema, ele está agindo contra a Constituição. Quem é que vai dirimir isso? É o professor Luiz Henrique, o professor Giba? Não. Vai ser a professora Maria Helena? Também não [risos], mesmo que queira não vai dar. É o Poder Judiciário. É o Poder Judiciário. Em última instância, o Supremo Tribunal Federal. Então aí árbitro. Essa é a evolução do estado democrático de direito, uma época quem fez isso foi o rei com o poder moderador, depois foi o próprio Poder Legislativo, que foi o equilíbrio dessa balança. Hoje é a jurisdição constitucional, o Poder Judiciário, através da interpretação da Constituição é que faz esse equilíbrio entre as forças, não é? Então tu prefere a minha primeira parte? Sim, tem limite.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA [3:54:03]: Gente, eu trabalho numa universidade pública, eu tenho um dever público, preciso dar aula. Eu não sabia como ocorria. Eu peço desculpas, mas eu estou bem atrasada. Agradeço muito e vou tentar vir amanhã.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Ah, por favor. E a gente marca outras conversas em Brasília, quando você está lá, tá?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA [3:54:07]: Obrigada.

SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES: Ana Luiza, rapidamente para ele, né? Essa questão do Nordeste não ter apresentado projeto, a EBC atuava muito com o Ministério da Cultura, com os editais do Ministério da Cultura, que criou uma cultura de como fazer isso. Ao mudar agora progressivamente para a própria... o próprio sistema da EBC fazer, evidentemente que deslocou a forma como que estava sendo feito o aprendizado. E nos estados, a reprodução disso não foi bem feita. Por exemplo, digamos que a TVE divulgou nacionalmente um edital para a produção independente. Mas o Ideb na Bahia divulgou bem pequenininho. Então nacionalmente está se pensando que chegou ao Maranhão, à Paraíba, ao Pará, ao Pernambuco, e chegou lá muito pequeno, porque a TV local tinha pouco interesse nisso. Além do que, a formação de fazer projetos para a população indígena, para comunidades quilombolas, para sertanejo, precisa ser diferenciada, porque boas ideias toda essa galera, todo esse pessoal tem. A questão é como apresentar as ideias, preenchendo os formulários, já que nós temos no formulário: quem é você? Qual é o projeto com quantas pessoas vão ser beneficiadas? Que nem sempre o produtor sertanejo, o quilombola, o de mulheres, o de setores mais carentes, conseguem preenchê-los.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:55:41]: Deixa eu só fazer, se você me permite, completando o seu raciocínio, João.

SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES: Claro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:55:45]: O Prodav é um dos mecanismos do fundo setorial, não é? E quando a gente fala que a gente

criou esse mecanismo interno de seleção é para dar mais transparência àqueles produtos que chegam diretamente à EBC, ou seja, em outras palavras, nós não estamos fechando as portas das outras formas de seleção públicas com intermédio, por intermédio, vamos dizer assim, do Ministério da Cultura. Eu falei especificamente do Prodav - e o Prodav tem as suas características muito ligadas à produção de séries e documentários para a televisão. Então é para não parecer que não apareceu mais, que esqueceram da gente, não. Esses produtos, esse tipo específico de chamada, que é o do Prodav, o que não quer dizer que nós não vamos continuar DOCTV, não quer dizer que nós vamos continuar fazendo as outras espécies, participando das outras iniciativas do Ministério da Cultura, da Ancine e de outros mecanismos de fomento, para agente receber esse material. Eu falei especificamente desse porque, lamento, nesse caso.

SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES: Eu estou dando uma possibilidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:55:47]: Não, então.

SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES: Porque ele não tem todas as informações, mas eu senti [ininteligível] na Bahia. Ana sentiu isso em Pernambuco. Então.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:55:55]: Só para não parecer que a gente está fechando as outras portas, que não é a verdade, estamos agregando.

SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES: Não, pelo contrário, eu só estou dizendo que a forma e o meio foi esse. A outra questão é essa coisa da invisibilidade de grandes setores da população brasileira nesses sistemas todos que nós estamos fazendo para democratizar a comunicação. A população negra, a população que pensa e age diferentemente, seja aqui o gaúcho do interior ao sertanejo, àquele que está no Centro-Oeste, que lida com outro fenômeno, no geral, nós destinamos boa parte dos recursos públicos da comunicação e da cultura para segmentos que conseguem e sabem se organizar. E sabem se organizar e expressar em torno disso. Os segmentos que não são assim ficam totalmente invisíveis e, mesmo na TV pública, há isso. Hoje, agora, está tendo na Globo vários programas com muita gente negra. Não é uma bondade da Globo, não é porque mudou, focou; mas é porque hoje 52% da classe média nova é formada por negros, o país tem 90 milhões de população negra e, ainda assim, as várias TVs públicas regionais têm dificuldade de se aperceber disso. Eu não estou falando da EBC, não. Eu estou falando do desdobramento dentro dos estados. Você chega aqui, se você ligar a TV pública, ela parece uma TV europeia. O rádio, a mesma coisa. Tem dificuldade de absorver. Ou no Rio Grande do Sul, no Paraná, ou na Bahia, ou no Maranhão. É sempre uma prioridade para um tipo humano, não é? Eu vou dar um exemplo bem claro. Nove das apresentadoras de TV no Brasil são mulheres loiras e brancas. Nove. Isso

não existe nos Estados Unidos e nem na Inglaterra. Para se ter uma ideia. Então, nos estados também não é diferente, não, na Bahia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [3:58:44]: Com satisfação que desde o início da TV Brasil, a nossa é negra, não é?

SR. JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES: Na Bahia tem duas apresentadoras negras para oito apresentadoras brancas. Então, para quem está estudando, avaliando, pensando isso, a gente precisa incluir mais. E caso de produção independente, principalmente de TV e de cinema, é preciso parar com essa máquina de matar pessoas que já morreram duas vezes. Que máquina é essa? Grande parte da produção independente de cinema aparece, e de TV, aparece o negro como bandido em favela atirando, matando. Rara exceção disso, 'É cinco vezes favela'. Ora, nós não temos um documentário sobre a Revolta da Chibata, sobre o Quilombo dos Palmares, sobre a Revolta dos Búzios, a Revolta dos Malês, e diferentes visões, visões mais modernas, visões futurísticas. E sobre nós temos na favela tiroteio, gente correndo e pá, pá, pá. Parece que pegou o modelo de alguns anos recente que tá bom, tem um filme que tem muitos negros, 'Cidade de Deus'. Daí em diante, tudo virou Cidade de Deus 2, 3, 4, 5, 6, 7. Você pega uma programação, por exemplo, aqui na consciência negra, você não vê assim, o negro na ciência, quem foi Juliano Moreira? Um dos maiores psiquiatras desse país. Negro. Quem foram os irmãos André Rebouças? André e Antonio Rebouças? Luiz Sandro, Luiz Gama. Você tem gente que fazia de urbanização a grandes ferrovias. Duvido muito que em São Paulo as pessoas falam Rebouças, Rebouças, sabem que ele era um negro baiano, não é? Então, quer dizer, você tem uma coisa que seriam personalidades e tudo que isso, na verdade, a produção independente também mantém esse formato anglo-saxônico ou católico cristão, que pode mudar não só na democratização dos recursos, mas também na democratização dos conteúdos, está certo?

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Eu vou passar a palavra para o professor Daniel e, depois, nós encerramos. Por favor, que eu estou vendo que está todo mundo cansado, então, amanhã nós temos um--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Hã?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Mas amanhã nós temos mais, amanhã temos mais. Professor Daniel.

SR. DANIEL AARÃO REIS FILHO: Bem, eu queria, em primeiro lugar, me congratular com o Conselho. Eu acho que é uma discussão fundamental, eu acho que a gente deve retomar essa discussão, sem

ilusões que a gente vai mudar o mundo, não é, mas que o Conselho pode se tornar um fermento nessa discussão, não só para nós mesmos, no sentido das implicações diretas que a discussão pode ter em relação à EBC, os rádios e a televisão, a TV Brasil, como também em termos mais gerais da sociedade. Eu acho que o Conselho conseguiu superar aquela visão estreita, não é, de que ele só ia palpitar a respeito da programação em curso na TV e na rádio. Ele adotou um ponto de vista mais global de se imiscuir, em todos aqueles pontos considerados que têm implicações do ponto de vista da programação. Então eu acho que esse ponto, ele deveria retornar em novas reuniões, dentro do espírito que a gente tem de fazer sempre as nossas reuniões, além dos pontos administrativos, encarar, não é, questões de fundo. Então, em relação à questão da comunicação, eu não sou um especialista no assunto, tenho procurado me informar, tenho procurado acompanhar as discussões, sobretudo desde que fui designado aqui para o Conselho Curador, e o primeiro ponto que eu acho importante, embora não seja o nosso objeto específico, mas o primeiro ponto que eu acho importante à gente levantar sempre é que toda comunicação é pública. Toda Comunicação Social é pública. Não é à toa que os rádios e as televisões privados do nosso país são considerados concessões, não é? São públicos. Tudo é público. A gente vive numa economia mista, então é... É inevitável que haja empresas privadas e públicas. Aí eu só vou deixar a ressalva, que eu acho importante em qualquer discussão sobre o assunto, a gente considerar isso; é que a gente aí tem uma primeira questão fundamental, que é a aberração do nosso sistema atual, em que a comunicação, as empresas privadas de comunicação detém um níveis de monopólio que não existe em lugar nenhum no mundo, e, como a gente sabe, se não é a jabuticaba e só existe no Brasil, é que não é bom, não é? Quer dizer, então esse sistema é uma aberração. Então eu quero deixar isso registrado, em primeiro lugar. Eu acho que o governo, o segundo governo Lula, procurou levantar essa discussão, não é? Depois recuou, recuou no final do segundo governo, o governo Dilma parece que não tem considerado prudente levar essa discussão, mas eu acho que o nosso Conselho, ao incentivar essa discussão, deve repropor essa questão, e deve incentivar fóruns, deve incentivar debates a respeito disso.

Bem, isso em primeiro lugar. Em segundo lugar, em relação à EBC, em particular, eu diria o seguinte: a EBC é um híbrido entre uma empresa estatal e uma empresa pública. Eu conceituo empresa pública como aquela empresa que é autônoma em relação ao estado e ao governo. Ora, a EBC, ela não tem autonomia em relação ao governo. Não tem autonomia, porque o orçamento dela depende da boa vontade da presidente da República. Então, ela não tem autonomia. O nervo de uma empresa são os seus recursos financeiros. Se os recursos financeiros dependem da boa vontade da presidente da República, ela não tem autonomia. Além disso, tem esse hibridismo aí, que eu acho que a Ana levantou que realmente não é saudável para a EBC simultaneamente se

propor a ser uma empresa pública e, ao mesmo tempo, prestar um serviço ao governo, numa dinâmica que é a dinâmica da informação governamental. Então, que é uma dinâmica... é... chapa branca, que é uma dinâmica, que é uma dinâmica informativa do governo e que o governo tem todo o direito de ter. O governo tem o direito de ter a sua informação. Qualquer empresa, privada ou pública, tem o direito de ter a sua informação. E vai ser a sua informação oficial. Ele não vai contar os seus podres, ele não vai contar as suas contradições. Ele vai narrar o que ele acha melhor para ele, para os seus interesses. Qualquer empresa pública ou privada, qualquer governo tem os seus interesses, não é? Então isso é legítimo. Eu acho que, numa perspectiva mais a longo prazo, de luta pela autonomia da EBC, ela devia... é... se empenhar em que o governo constituísse uma empresa governamental de informação. Uma agência oficial de informação. E a EBC, pronto, deve se manter como uma empresa pública. E aí o fundamental é realmente conseguir uma forma, não é, de viver de um imposto ou de uma outra maneira, definida por lei, os seus recursos de modo a que fique completamente autônoma em relação ao príncipe.

Agora por outro lado, se nós vivemos num estado democrático, não é razoável a empresa pública ser inteiramente independente do governo democraticamente eleito. Isso eu acho importante também frisar. Deve se ter uma maneira qualquer a ser discutida, mas tem esse equilíbrio. A sociedade indica os conselheiros, aqui há uma prévia, vai uma lista e o presidente indica. Você ganhou um equilíbrio. O governo democraticamente eleito, não é, ele tem um poder de atuação. Mais uma vez, é o presidente designa - ouvido o Senado - o presidente da empresa. E o presidente da empresa tem um mandato e aí ele não pode ser tocado nesse mandato. Então eu acho que... porque, senão, às vezes, as empresas públicas podem ser privatizadas por certos grupos de interesse que se organizam melhor e tomam de assalto a empresa e passam a fazer dela... isso é tão antidemocrático quanto outras tradições antidemocráticas, não é?

Então eu acho importante também ressaltar isso.

E quero contemplar um último ponto, que é essa questão da produção independente. Eu acho que isso é uma coisa essencial. Acho que isso é uma coisa essencial. A verdade é que a EBC, ela tem uma tradição, pelo que eu entendo, posso estar equivocado nessa avaliação, mas eu acho que ela tem uma tradição, que é a velha tradição da TVE, quer dizer, que é muito mais uma empresa estatal ou governamental do que uma empresa pública. Então ela foi criada para produzir programas. Trata-se de saber se, a longo prazo, esse é o caminho. Ou se o caminho não é fazer com que a empresa seja cada vez mais constituída por produções independentes regionalizadas. Se esse é o caminho para garantir uma diversidade de base, não é, se esse é o caminho, é preciso ter uma estratégia nesse sentido que se reflita, por exemplo, nos concursos

públicos. Porque a companhia, como toda burocracia, ela, como dizia o famoso sociólogo, a principal... a principal preocupação de uma estrutura burocrática qualquer, eu estou dizendo estrutura burocrática não no sentido prejuízo pejorativo, mas no sentido próprio da palavra, a principal preocupação de uma estrutura burocrática, uma vez criada, é se reproduzir. E se reproduzir nos moldes em que ela foi criada. Então se essa empresa tem como perspectiva, a longo prazo, mudar a sua diretriz para uma... uma programação fundamentalmente constituída por produções independentes, assegurada a diversidade regional, ela tem que fazer os seus editais em função disso e tudo, em pleno acordo com o que disse o João Jorge, não é? Se a empresa quer tornar visíveis grupos invisíveis, ela tem que construir assessorias para isso, ela tem que construir editais específicos nesse sentido, para suscitar, porque nem todos somos iguais, não é? Como dizia o famoso presidente dos Estados Unidos: a igualdade é tratar desigualmente as pessoas desiguais. Se você tem desigualdade... a Capes faz isso. Ela tem programas específicos para as universidades do Nordeste. Ela tem programas específicos para incentivar os grupos mais desenvolvidos, em termos de massa crítica, para que eles se estabeleçam conexões com os grupos ainda... que estão começando a crescer agora para incentivá-los, porque a verdade é que esses mais desenvolvidos não são mais desenvolvidos pela sua própria natureza; é porque eles ganharam incentivos especiais durante décadas, durante séculos. Então por isso eles têm mais condição. Então eu penso que os nossos editais, tem que tomar cuidado em fazer, porque editais nacionais, se você faz um edital nacional, ele necessariamente vai privilegiar os grupos melhor capacitados para participar deles. Então eu acho que a gente tem que ter uma série de editais devidamente... é... direcionados para que essa diversidade que a gente quer atingir seja a prazo, porque ela não vai ser conseguida atingir a curto prazo, mas seja a prazo atingida. Então, eu penso que, do que se trata, é da empresa pensar uma estratégia. Isso é difícil, mas é uma utopia interessante, não é? Ela vai ter que conceber uma estratégia para se transformar em uma empresa que vai... é... ser uma empresa muito mais de serviços no, no sentido de fazer com que grupos se capacitem a produzir para ela e não ela própria produzir para ela, que se ela for produzir para ela, ela necessariamente vai reproduzir padrões que a gente quer superar. Eu não sei se eu estou me fazendo entender bem. Então este é o grande desafio, não é? A gente tem aí uma dimensão institucional, a gente tem uma dimensão financeira e a gente tem uma dimensão que incide sobre a política de programação da empresa. E eu acho que a gente vai ter que ir enfrentando essas dimensões simultaneamente ou, pelo menos, incentivando o debate sobre isso. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Obrigada pela contribuição, conselheiro. Bom, o nosso anfitrião, ele quer... mais super sinteticamente, por favor [risos].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [4:12:35]: Obrigado pela oportunidade. Eu só queria registrar o seguinte: de fato por certo vai se pensar numa audiência pública para discutir esse tema tão relevante. Eu não sei se eu vou surpreender as pessoas, mas aqui no Rio Grande do Sul, nós estamos gestando um projeto de reestruturação da Fundação Piratini que reaplica a ideia da EBC, adequada às nossas necessidades. Por quê? Porque nós estamos convencidos que o estado, na sua face pública, ele deve sustentar um tipo de jornalismo e um tipo de produção audiovisual e que isso só acontecerá com a sua participação, dizendo de outro modo, só o estado, pelo menos no Brasil, mas eu acho que essa realidade é internacional, só o estado na sua dimensão pública, não na dimensão estatal, tipicamente. Não no jornalismo institucional tipicamente, mas na sua dimensão pública, porque o estado é público. De onde surge o estado? O estado surge para que a coisa pública não seja apropriada pelo privado. Então o estado tem uma dimensão pública. Na sua dimensão pública, ele deve investir e eu acho que obrigatoriamente deve pagar para que uma empresa faça, na sua publicidade institucional, a sua parte institucional, e que com esse dinheiro, essa empresa possa agir publicamente. E possa produzir um jornalismo que gere conhecimento e uma produção audiovisual com todas as suas características que reflita a nossa diversidade.

Então eu só fiz questão de registrar essa nossa posição porque... é... me pareceu assim, fiquei um pouco surpreso com esta ideia de uma empresa pública acima do estado, transitando entre os interesses sociais, mais ou menos purificados. Isso não ficou bem claro para mim. Eu, aqui a gente lida com o seguinte: estado. Tem uma dimensão estatal, tem uma dimensão pública. A sua dimensão pública é responsável por fazer um jornalismo que tenha um caráter público e uma responsabilidade ligada à diversidade da geração de conhecimento. Pelo menos até agora tem, é o que a gente tem pautado a gente, mas gostaríamos muito de um debate maior sobre isso.

SRA. PRESIDENTE ANA LUIZA FLECK SAIBRO: Olha, eu fico muito satisfeita, eu saio daqui hoje muito satisfeita mesmo. Alma lavada, enxaguada, como dizia o Odorico, não é, Paraguaçu? Eu acho que achamos um modelo assim. Eu acho que achamos como dever trabalhar daqui para frente, porque são essas discussões, essas opiniões que nos levam a contribuir com o projeto da EBC, não é? Agradeço a todos. Pedro Osório, muito obrigada. Amanhã nos vemos, Giba. A qualificadíssima contribuição dos nossos convidados. Muito obrigada e até amanhã.

[palmas]